



**SALVAGUARDAS
SOCIOAMBIENTAIS DO SISTEMA
DE REDD+ DO AMAZONAS:
MEMÓRIA DO PROCESSO
DE CONSTRUÇÃO**

Lei Estadual de
Serviços Ambientais
do Amazonas

FICHA TÉCNICA

Proponente do projeto

Governo do Estado do Amazonas

Coordenação geral

Fundação Amazonas Sustentável (FAS)

Supervisão do projeto

Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA)

Eduardo Costa Taveira - Secretário de Estado

Luzia Raquel Queiroz Rodrigues Said - Secretária Executiva

Christina Fischer - Secretária Executiva Adjunta

Coordenação do estudo

Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (IMAFLOA)

Autoria

Ana Cristina Nobre da Silva

Revisão do texto

Luis Henrique Piva (Revisor Chefe)

Gabriela Passos Sampaio (FAS)

Leticia Oliveira Cobello (FAS)

Kiviane Castro Ribeiro (FAS)

Francisco Itamar Gonçalves Melgueiro (SEMA)

Jamile Alves de Araújo (SEMA)

Projeto gráfico e diagramação

Tanous O’Azzi

Franklin Carioca Cruz

Colaboração

Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM)

Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (IMAFLOA)

Fundação Vitória Amazônica (FVA)

Conservação Internacional Brasil (CI-Brasil)

Data de publicação

Novembro 2020

Apoio

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

Força Tarefa dos Governadores para o Clima e Florestas (GCF Task Force)

Ministério Real Norueguês do Clima e Meio Ambiente

As opiniões expressas pela publicação são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a visão oficial de nenhum dos governos envolvidos.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Salvaguardas socioambientais do sistema de REDD+ do Amazonas [livro eletrônico] : memória do processo de construção : lei estadual de serviços ambientais do Amazonas. -- 1. ed. -- Manaus, AM : Fundação Amazonas Sustentável, 2020.
PDF

ISBN 978-65-89242-07-9

1. Amazonas 2. Conservação da natureza 3. Ecologia
4. Meio ambiente 5. Preservação ambiental 6. Sustentabilidade ambiental.

20-50020

CDD-304.2

Índices para catálogo sistemático:

1. Sustentabilidade ambiental : Ecologia 304.2

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129





SALVAGUARDAS SOCIOAMBIENTAIS DO SISTEMA DE REDD+ DO AMAZONAS: MEMÓRIA DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO

Lei Estadual de
Serviços Ambientais
do Amazonas



RESUMO EXECUTIVO

A realização de oficinas regionais, ocorreu no decorrer de um ano em que o governo brasileiro instituiu uma série de mudança na estrutura de ministérios, políticas ou programas que afetam diretamente a capacidade do país em oferecer salvaguardas socioambientais para projetos jurisdicionais de REDD+ (como previstas nas salvaguardas de Cancun, por exemplo). Foram adotadas uma série de medidas que claramente enfraquecem as políticas públicas e distanciam os programas nacionais brasileiros de convenções e acordos internacionais relevantes; comprometem a eficácia e transparência de estruturas de governança, controle e monitoramento de políticas públicas voltadas à redução do desmatamento e da legislação florestal nacional; afetam direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais previstos na legislação nacional e em obrigações internacionais relevantes.

E é neste contexto que o governo do estado do Amazonas tomou como desafio regulamentar salvaguardas socioambientais e implementar a Lei de Serviços Ambientais, em especial o Programa de Regulação do Clima e o Subprograma de REDD+. Ao mesmo tempo em que o cenário político nacional demonstra ser pouco favorável para temas relacionados ao combate ao desmatamento e à políticas voltadas para a agenda relacionada da mudanças climáticas, há que se ressaltar que iniciativas de REDD+ promovidas por governos estaduais, permitem uma percepção positiva quanto à agenda socioambiental no país, uma vez em que é possível entender que o debate não está de todo encerrado, havendo a oportunidade de se fortalecer políticas públicas estaduais voltadas para a redução do desmatamento, conciliado com a promoção e proteção de direitos de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e locais. De qualquer forma, são grandes os desafios de construção de desenhos de salvaguardas socioambientais para o estado.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAR – Cadastro Ambiental Rural
CEMAAM – Conselho Estadual do Meio Ambiente
FAMC – Fórum Amazonense de Mudanças Climáticas, Biodiversidade e Serviços Ambientais
FAS – Fundação Amazonas Sustentável
FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro
GCF – Fundo Verde para o Clima (Green Climate Fund)
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDESAM – Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia
IMAFLOA – Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
OIT – Organização Internacional do Trabalho
PIB – Produto Interno Bruto

PNGATI – Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PIPCTATF - Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Tradicionais Familiares
PPCDAm – Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal
PPCerrado – Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado
RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável
SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente
SEMMAS – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade
SECT – Secretaria de Estado de Cidades e Territórios
SPU – Secretaria do Patrimônio da União



SUMÁRIO

Resumo Executivo	9
Lista de Abreviaturas e Siglas	6
Apresentação	9
Atendimento à Lei de Serviços Ambientais do estado do Amazonas à elementos essenciais para Salvaguardas Socioambientais	12
Reunião de Pré-oficinas em Manaus	19
Oficina no Município de Apuí	24
Oficina no Município de Novo Aripuanã	30
Oficina no Município de Tabatinga	38
Oficina no município de Manaus	47
Oficina no município de Tefé	53
Oficina no Município de São Gabriel da Cachoeira	60
Conclusão e recomendações	70
Glossário	71
Referências	72

APRESENTAÇÃO



Neste relatório serão apresentadas informações relativas ao processo de elaboração de recomendações de salvaguardas socioambientais para a regulamentação da Lei de Serviços Ambientais do estado do Amazonas (Lei Nº 4.266 de 2015).

As recomendações de salvaguardas socioambientais resultaram de um conjunto de atividades implementadas pelo projeto “Regulamentação e Implementação da Lei Estadual de Serviços Ambientais do Amazonas”, supervisionado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), sob coordenação da Fundação Amazonas Sustentável (FAS), em parceria com Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (IDESAM), Fundação Vitória Amazônica (FVA) e Conservação Internacional Brasil (CI-Brasil). Este projeto é apoiado pelo Edital “Janela A” da Força Tarefa dos Governadores para o Clima e Florestas (GCF Task Force), gerido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e apoio financeiro do Ministério Real Norueguês do Clima e Meio Ambiente.

A Política do Estado do Amazonas de Serviços Ambientais e o Sistema de Gestão dos Serviços Ambientais (Lei Nº 4.266/2015), prevê a criação de sete programas, entre eles, o Programa de Regulação do Clima e Carbono. Este programa, de acordo com o texto da lei, está vinculado à recuperação, conservação e preservação dos ecossistemas naturais que contribuam para o equilíbrio climático e o conforto térmico; à mitigação de emissões de gases de efeito estufa, conservação, manutenção e incremento de estoques de carbono, por meio do desenvolvimento de atividades de conservação e restauração dos ecossistemas naturais e antrópicos. O Programa de Regulação do Clima e Carbono, por sua vez, prevê ainda três subprogramas: o subprograma REDD+, o subprograma de compensação de eventos e o subprograma de atividades industriais e empresariais. Para que a Lei Nº 4.266/2015, seus programas e subprogramas possam ter validade, alguns aspectos da lei precisam ser regulamentados, entre eles, as salvaguardas socioambientais.

As Salvaguardas Socioambientais são diretrizes gerais, que foram definidas, no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) como diretrizes gerais que devem ser observadas pelos países que desejam ser recompensados pelos resultados alcançados em REDD+ (BRASIL, 2019). As Salvaguardas socioambientais devem oferecer diretrizes para que sistemas, programas e projetos de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal que garantam a conservação florestal, o manejo florestal sustentável e o aumento dos estoques de carbono (REDD+) tenham riscos e os impactos negativos reduzidos e, ao mesmo tempo, impactos positivos potencializados. O foco das Salvaguardas Socioambientais incide, principalmente, sobre o respeito aos direitos de populações tradicionais, de povos indígenas e de outros grupos considerados vulneráveis, e sobre a manutenção e o aumento da biodiversidade, com base num sistema de governança robusto e transparente. Para atingir o objetivo de sua aplicação, as salvaguardas devem ser construídas e implementadas de forma participativa e monitoradas e avaliadas ao longo do tempo (Brazil et al., 2015).

Como parte do processo de definição de recomendações de salvaguardas socioambientais foi realizada uma reunião de pré-consulta em Manaus e outras seis oficinas nos municípios do estado do Amazonas: Manaus, Apuí, Novo Aripuanã, Tabatinga, Tefé e São Gabriel da Cachoeira. Estas oficinas tiveram como objetivo informar a população local sobre o processo de regulamentação da Lei de Serviços Ambientais do estado do Amazonas, esclarecer sobre os principais conceitos relacionados às mudanças climáticas e sobre a importância das salvaguardas socioambientais para os programas e subprogramas previstos na Lei. As oficinas foram também uma oportunidade de levantar, através de uma metodologia de



grupos de trabalho, informações sobre os desafios ambientais e sociais enfrentados pelas pessoas das regiões visitadas, assim como o levantamento de sugestões para o desenvolvimento do subprograma de REDD+.

Neste relatório serão apresentados os principais resultados destas oficinas e as recomendações de Salvaguardas Socioambientais para a regulamentação do Programa de Regulação de Clima e Carbono, em especial para o Subprograma de REDD+. É esperado que as recomendações apresentadas sejam consideradas pela Secretaria de Meio Ambiente do Amazonas no momento da regulamentação do Programa de Clima e Carbono.

ATENDIMENTO À LEI DE SERVIÇOS AMBIENTAIS DO ESTADO DO AMAZONAS À ELEMENTOS ESSENCIAIS PARA SALVAGUARDAS SOCIOAMBIENTAIS

Para a elaboração de recomendações de salvaguardas foi realizada uma análise da Lei de Serviços Ambientais do Estado do Amazonas (Lei Nº 4.266/2015), considerando componentes essenciais para as Salvaguardas Socioambientais. Estes componentes foram definidos tomando como base os critérios adotados pelo Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora), quando em 2015, analisou o status das Salvaguardas Socioambientais em políticas públicas e projetos privados de REDD + no Brasil. Estes critérios foram definidos tomando como referência os três grupos de salvaguardas: o REDD+ SES (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal com Benefícios Socioambientais), as Salvaguardas Brasileiras e as Salvaguardas de Cancun. Reconheceram-se os pontos complementares dos três documentos, que, agregados, formaram um conjunto, chamado de “Componentes Essenciais ao Cumprimento de Salvaguardas” e estão listados na tabela abaixo.

Componentes essenciais ao cumprimento de salvaguardas socioambientais

1

Direitos à terra, aos territórios e aos recursos

- O comprometimento com o reconhecimento do direito à terra, territórios e recursos;
- Como deverão ser identificados os beneficiários do programa e as partes interessadas;
- Abordar o compromisso com a observação de processos baseados no Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) por parte de povos indígenas, de comunidades tradicionais e de outros indivíduos que possam ser afetados pelas ações do programa, particularmente em situações onde se faça o uso de conhecimentos tradicionais e que exijam a realocação de pessoas.

2

Repartição equitativa de benefícios

- Definição dos processos através dos quais os benefícios, gerados pelo programa REDD+, serão compartilhados equitativamente entre todos os titulares de direito e os atores relevantes;
- A transparência do processo de repartição;
- Como se dará a participação dos atores relevantes em definir os mecanismos dessa repartição.

3

Segurança e melhoria na qualidade e nos meios de vida dos povos indígenas, das comunidades tradicionais e dos grupos marginalizados, com atenção especial à questão de gênero

- Previsão de espaços e processos que promovam o diálogo entre os atores interessados e permitam a participação;
- Estabelecimento de processos de avaliação de impactos sociais e ambientais participativos.

4

Governança

- Definição da estrutura de governança de forma clara;
- Prever a integração e a coerência com outras políticas, estratégias e planos relevantes em nível estadual e federal;
- Como o programa proposto se integra a um Sistema de Informações de Salvaguardas, permitindo o levantamento de informações, o monitoramento e a transparência dos resultados alcançados;
- Como as agências do governo e a sociedade civil irão se articular em conjunto para promover a participação e para acelerar o alcance dos resultados.

5 Biodiversidade e serviços ecossistêmicos

- Definição de como será feito o monitoramento dos impactos decorrentes da implementação dos programas de REDD+ em termos de biodiversidade e serviços ecossistêmicos;
- Definição de medidas para a manutenção de espécies e de ecossistemas sensíveis;
- Definição de medidas para conter a conversão e a degradação de florestas.

6 Participação e controle social

- Definição de como se identificam os titulares de direitos e atores relevantes;
- Como os atores terão garantida a participação no programa REDD+;
- Como serão definidos processos de consulta pública, mecanismos de reclamação, queixas e reivindicações;
- Garantia e formas de participação nos grupos de monitoramento;
- Previsão de utilização do monitoramento na melhoria contínua do programa.

7 Cumprimento legal

- Definição de como o programa REDD+ cumpre as leis nacionais e acordos internacionais e como se alinham às ações propostas nos diferentes níveis de governança;
- Especificação de leis relacionadas aos direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais;
- Especificação de políticas e programas relevantes à governança do sistema REDD+.

Considerando tais componentes a Lei Nº 4.266/2015, apresentou os seguintes pontos fortes:

- Comprometimento com o reconhecimento do direito à terra, territórios e recursos;
- Comprometimento com a participação cidadã;
- Comprometimento com a repartição equitativa de benefícios, transparência e participação dos atores sociais;
- Comprometimento com a melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas e comunidades tradicionais;
- Definição de maneira geral da governança;
- Prevê a integração e a coerência com outras políticas, estratégias e planos relevantes em nível estadual e federal;
- Comprometimento com a transparência e a participação da sociedade no monitoramento das atividades;
- Declara compromisso com a proteção da biodiversidade;
- Compromisso com o atendimento às referências internacionais e leis nacionais que regulam o tema clima e direitos de povos indígenas.

As fragilidades da Lei Nº 4.266/2015 em relação aos componentes de salvaguardas estão relacionados aos seguintes temas:

- a) Identificação de titulares de direitos: definição de como serão identificados os titulares de direitos e atores relevantes;
- b) Formas de participação, direito à consulta, consentimento livre, prévio e informado: quais espaços e processos promoverão o diálogo entre os atores interessados e permitirão a participação; como deverão ser observados os processos de consentimento livre, prévio e informado e; como serão definidos processos de consulta pública, mecanismos de reclamação, queixas e reivindicações;

c) Monitoramento participativo: será necessário definir como será garantida a participação social nos grupos de monitoramento e de avaliação de impactos sociais e ambientais e; como o programa deverá integrar um Sistema de Informações de Salvaguardas (levantamento de informações, monitoramento e transparência dos resultados alcançados);

d) Repartição equitativa de benefícios: a lei não define processos através dos quais benefícios gerados pelo subprograma REDD+ serão compartilhados, assim como se dará a participação dos atores relevantes e como será dada transparência ao processo;

e) Inclusão de grupos marginalizados, com atenção especial para questões de gênero: Não aborda a segurança e melhoria da qualidade de vida de grupos marginalizados, com atenção especial à questão de gênero;

f) Proteção à biodiversidade: não define como será feito o monitoramento dos impactos decorrentes da implementação dos programas de REDD+ em termos de biodiversidade e serviços ecossistêmicos; não define medidas para manutenção de espécies de ecossistemas sensíveis e; não define medidas para conter a conversão e a degradação de florestas;

g) Atendimento às referências internacionais e leis nacionais que regulam o tema clima e o direito de povos indígenas: não especifica leis relacionadas aos direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais.

REUNIÃO PRÉVIA E OFICINAS REGIONAIS

O desenvolvimento de um processo de consulta, o mais abrangente e participativo, em um estado como as dimensões do estado do Amazonas e com a complexidade socioambiental que o estado abarca é por si só um grande desafio. O estado possui 62 municípios, distribuídos em 4 mesorregiões e 13 microrregiões; 65 grupos indígenas, o Amazonas é o estado que detém a maior população de índios do País, no total de 168.680, de acordo com o Censo 2010. Existem no estado, pelo menos, três protocolos de consulta de povos indígenas definidos e o protocolo da FOIRN está em processo de elaboração . O Amazonas possui 42 Unidades de Conservação Estaduais onde existem 26.431 famílias, em 1.030 comunidades (SEMA, 2018). São 8 Comunidades quilombolas certificadas no estado do Amazonas (PALMARES, 2020).

Dada esta complexidade e os desafios de implementação do processo de regulamentação da Lei de Serviços Ambientais do estado do Amazonas, optou-se, como uma primeira etapa, pela realização de oficinas regionais, com o objetivo de informar sobre o processo de regulamentação, sobre os conceitos de salvaguardas socioambientais e para a coleta de informações importantes a serem consideradas pelo Governo do Estado para o processo de regulamentação e de implementação do Programa de Regulação do Clima e Carbono. Assim sendo, foram desenhadas oficinas regionais, realizadas em seis municípios do estado do Amazonas (Figura 1): Manaus, Apuí, Novo Aripuanã, Tabatinga, Tefé e São Gabriel da Cachoeira, escolhidos por critérios como pressão por desmatamento (como no caso dos municípios de Apuí e Novo Aripuanã, ao sul do Amazonas), forte presença de povos indígenas (caso de Tabatinga e São Gabriel da Cachoeira), apoio logístico e facilidade de acesso com partes interessadas, como no caso de Tefé e Manaus. As oficinas tiveram como principais objetivos: divulgar e informar sobre o processo de regulamenta-

ção da Lei Nº 4.266/2015, nivelar conceitos e coletar contribuições para o processo de recomendações para as salvaguardas socioambientais e serviram como um importante momento de diálogo e interação entre a Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Amazonas (SEMA) e a população local na troca de informações sobre o processo de regulamentação da lei e, sobretudo, para o levantamento de informações que possam auxiliar a garantir as Salvaguardas Socioambientais.

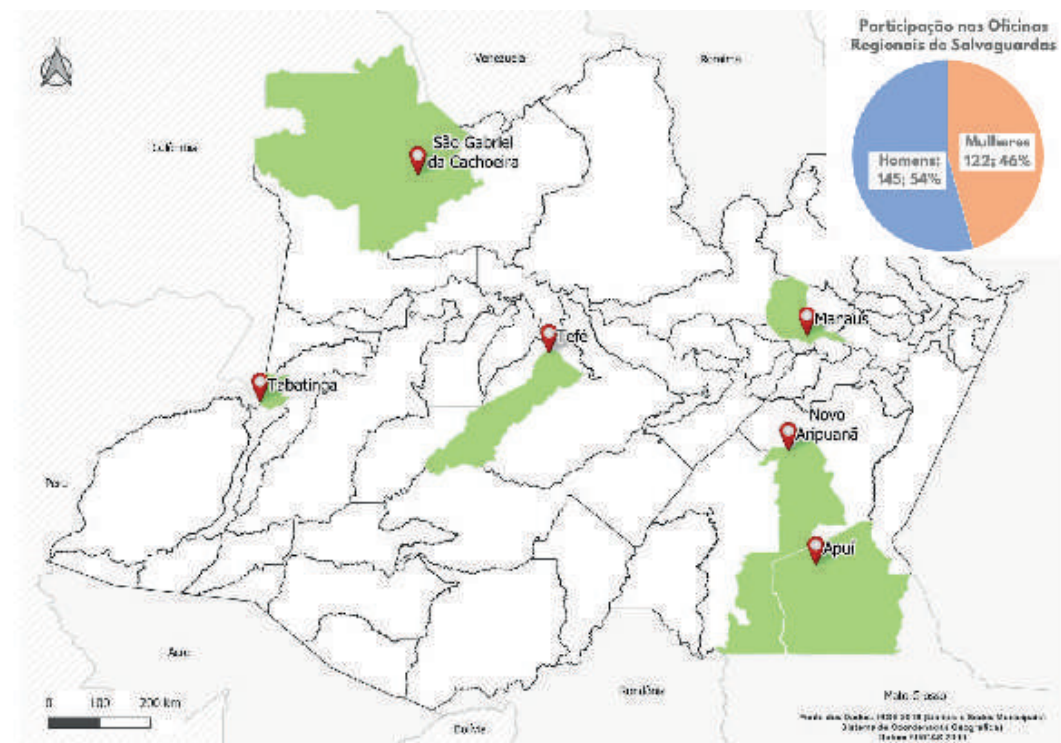


Figura 1. Mapa de localidades das Oficinas Regionais de Salvaguardas Socioambientais do Projeto LSA. Fonte: FAS (2020).

² Protocolos de consulta determinam como os povos indígenas desejam ser consultados para o atendimento da Convenção 169 da OIT.

Como uma segunda etapa, assim que houver a disponibilidade de recursos financeiros e humanos para a implementação do Programa de Regulação do Clima e Carbono será necessária a realização de um processo mais abrangente de consulta, quanto adequação das Salvaguardas Socioambientais ao contexto do estado do Amazonas, com a garantia de uma participação mais ampla, abrangente e representativa da diversidade e complexidade do estado, aos moldes do que é recomendado pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), pela a Carta de Cancun, pelo Sistema de Informação de Salvaguardas Nacionais e pelo padrão REDD+ SES.

Segue abaixo uma síntese das principais informações sobre as reuniões regionais.

Reunião de Pré-oficinas em Manaus

Realizada em 03 de outubro de 2019, no auditório Lídia Parisotto, na sede da Fundação Amazonas Sustentável (Figura 2). Contou com a presença de 42 representantes das seguintes organizações: UFAM; SEPROR-IDA; Ministério da Agricultura; EMBRAPA; IDESAM; FAS; Secretaria de Estado de Políticas Fundiárias; SEMA; FVS – Fundação de Vigilância; WWF; Memorial Chico Mendes; IBAMA; IPÊ-LIRA; Assembleia Legislativa - Comissão de Agricultura e Pesca; Associação Amazonense de Municípios; FUNAI; Agência Nacional de Mineração; CREA Amazonas; CONAB; Procurador do Estado do Meio Ambiente do Amazonas (SEMA) e SEPLANCTI. Nesta reunião apresentou-se o processo de regulamentação da Lei Estadual de Serviços Ambientais, os principais conceitos relacionados às mudanças climáticas, o conceito de Salvaguardas e foi também divulgado a realização das oficinas regionais (locais e datas). A reunião representou ainda uma oportunidade para o esclarecimento de dúvidas quanto à regulamentação da Lei Nº 4.266/2015.



Figura 2.
Registro da Pré-Oficina de Salvaguardas Socioambientais em Manaus.
Foto: Dirce Quintino [2019].



Resultados dos trabalhos de grupos na Pré-Oficina realizada em Manaus

Na reunião prévia às oficinas regionais realizada em Manaus, os temas relacionados às Salvaguardas Socioambientais para o Programa de Regulação do Clima e Carbono foram debatidos através de uma metodologia de world café. O público da reunião foi dividido em três grupos que discutiram separadamente desafios, oportunidades e recomendações para os seguintes temas: estrutura de governança (grupo 1), respeito ao direito de povos indígenas e populações locais (grupo 2), participação plena e efetiva das partes interessadas (grupo 3). Todos os participantes circularam em todos os grupos, podendo contribuir no debate quanto à fragilidade e fortaleza dos temas abordados em cada um dos grupos.

Quanto ao tema relacionado à estrutura e capacidade de governança do estado do Amazonas para o Programa Regulação do Clima e Carbono, a existência de um colegiado composto pelo FAMC, CEMAAM, povos tradicionais, entre outros foi considerado como um ponto forte, capaz de contribuir para tornar mais eficiente a participação e transparência do Programa de Regulação do Clima e Carbono. Foram considerados como fragilidade neste tema a concentração de responsabilidade previstas para o CEMAAM e SEMA, a falta de recursos previstos para a SEMA, falta de recursos para a implementação de instrumentos de gestão das áreas protegidas e reflexos sobre processos de tomada de decisões regionais. Como recomendações em relação a este tema foram apresentadas as seguintes questões: importância da legitimação dos conselhos consultivos com o poder deliberativo; necessidade de recursos para a mobilização das comunidades/povos tradicionais; necessidade de um portal da transparência; desenvolvimento de um sistema de monitoramento estadual, com participação social; concentração de demandas na Câmara Técnica de Mudanças Climáticas e Serviços Ambientais com posterior envio ao CEMAAM; necessidade de desenvolvimento de indicadores para compor o Sistema de Monitoramento de Salvaguardas; necessidade de criar organograma de governança da Lei de Serviços Ambientais.

O grupo que discutiu a salvaguarda relativa ao respeito ao direito de povos indígenas e populações locais, considerou com ponto forte a existência do Conselho Estadual do Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais. Como elementos importantes a serem considerados no Programa de Regulação do Clima e Carbono, a demarcação de terras indígenas e Unidades de Conservação (UCs), a organização e mobilização das organizações de base do estado do Amazonas e a garantia de participação dos povos e comunidades tradicionais nos conselhos e nas discussões sobre políticas públicas. Como fragilidade em relação à garantia dos direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais foram citados o não reconhecimento das técnicas de manejo dos povos indígenas, o enfraquecimento dos órgãos (Secretaria do Patrimônio da União - SPU, – Secretaria de Cidades e Territórios - SECT e INCRA), abandono de assentos e de representatividade; falta de integração dos povos e comunidades tradicionais no Amazonas; ausência de reconhecimento dos direitos fundiários/territoriais; falta de novas tecnologias de produção nas comunidades tradicionais; ausência do Estado na proteção ambiental e territorial de áreas protegidas do Amazonas; falta de publicidade das ações do Governo Federal no estado sobre os programas de interesse; dificuldade do Estado em garantir o CAR para os povos e comunidades

tradicionais nas UCs. Foram apresentadas as seguintes recomendações: fortalecer o Conselho de Povos e Comunidades Tradicionais; fortalecer o controle social sobre os recursos financeiros das políticas; respeito às práticas tradicionais dos povos indígenas e comunidades tradicionais; continuação da demarcação de Terras Indígenas; regularização fundiária das terras de populações tradicionais fora de UCs; Garantir o cumprimento dos protocolos de consulta e validação das comunidades indígenas; utilizar a nomenclatura Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Tradicionais Familiares (PIPCTATF) para os documentos do Programa de Regulação do Clima; mediação e incentivo ao intercâmbio de experiências entre comunidades; fortalecimento dos povos tradicionais e comunidades para integração no Sistema de Serviços Ambientais; respeito aos direitos e interesses dos agricultores familiares e tradicionais; incentivar agricultores de povos tradicionais a utilizarem tecnologia de agricultura orgânica; não usar o CAR como exigência para serem aptos a receber recursos do Pagamento por Serviços Ambientais (PSA); Fortalecer instituições responsáveis pelo registro do CAR.

A discussão relativa à salvaguarda referente à participação plena e efetiva das partes interessadas, em especial povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e comunidades locais, apontou como ponto forte a existência no estado de Protocolos de Consulta, a existência do Conselho de Povos Tradicionais; a alteração de lei de criação do conselho de povos e comunidades tradicionais; a existência dos Conselhos Gestores de UCs; a Câmara Técnica de Mudanças Climáticas e Serviços Ambientais; entidades indígenas fortes e o Comitê Gestor de Planejamento e Política Indígena. Como fragilidade foram apontados os seguintes temas: a descontinuidade do PNGATI (Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas); a ausência de informações; a crise de representatividade; a fragilidade fundiária; falta de clareza nos conceitos e nas ações do governo sobre povos e comunidades tradicionais; ausência de conhecimento de base sobre conceitos importantes para a política pública; falta de estrutura do Governo para levar informações; falta de material informativo aos órgãos federais que atuam nos Conselhos para que possam saber como colaborar. Foram apresentadas as seguintes recomendações do grupo em relação à participação de povos indígenas e comunidades tradicionais no Programa de Regulação do Clima e Carbono: toda decisão relacionada aos povos indígenas e comunidades tradicionais deve ser descentralizada; é necessário um trabalho de conscientização e fornecimento de informações para as bases; necessário elaborar um painel de indicadores de monitoramento das salvaguardas; necessário incluir e garantir a representatividade indígena e de comunidades tradicionais; necessário garantir participação efetiva e direta dos representantes dos povos tradicionais; necessário aporte financeiro para garantir a participação; ampliar o debate sobre protocolo de consulta; incluir participação dos agricultores tradicionais e familiares; elaborar e divulgar material didático com linguagem adequada para maior clareza sobre como atuar no tema; definir estratégia e critérios para garantir a inclusão de comunidades com difícil acesso logístico; assegurar as consultas públicas com os diferentes segmentos.

Após a Reunião de Pré-Oficinas realizada em Manaus foram realizadas seis oficinas regionais entre os meses de outubro e dezembro de 2019 com o objetivo de: (i) informar sobre o processo de regulamentação da Lei de Serviços Ambientais do Estado do Amazonas, (ii) informar sobre os principais conceitos relacionados ao Programa de Regulação do Clima e Carbono e (iii) coletar informações sobre os principais desafios em termos sociais e ambientais enfrentados pelas comunidades, relacionados aos seus modos de vida e a sua relação com os recursos naturais, de modo a contribuir para as recomendações em termos de Salvaguardas Socioambientais para a regulamentação da Lei Nº 4.266/2015.

As atividades de preparação das oficinas regionais contaram com a elaboração de lista de entidades locais e associações de comunidades no entorno dos municípios selecionados para o convite para participar da reunião, com mobilização realizada pela SEMA e apoio de atores locais. Para a realização das oficinas adotou-se como metodologia a realização de uma reunião, com duração de cerca de seis horas, com momentos expositivos (através de apresentações de power point e utilização de um mapa da região amazônica em tamanho 4 x 3,20m, impresso em material tipo lona, utilizado durante as oficinas para ilustrar, de maneira mais palatável, dados relativos à programas estaduais de REDD+ na região Amazônica como um todo) e também através de debates em grupo, utilizando a metodologia world café. A definição dos temas abordados nos grupos foi feita caso a caso, considerando temas relevantes para cada um dos municípios selecionados, levantados por meio de entrevistas prévias à realização das reuniões — exceto para o tema mulheres e jovens, que foi considerado como um tema relevante em todos as oficinas, criado para suscitar o debate sobre os desafios enfrentados por mulheres e jovens na região para todas as reuniões, o que permitiu que homens e mulheres debatessem temas como juventude, machismo e violência contra mulheres nas regiões visitadas. Ao todo participaram das oficinas 292 pessoas, sendo 129 mulheres (44%) e 163 homens (56%).

Figura 3.
Registro da Oficina de Salvaguardas
Socioambientais em Apuí.
Foto: Kiviane Ribeiro (2019).



Oficina no Município de Apuí

Localizado ao sul do Amazonas, o município de Apuí, configura entre os municípios que sofrem maior pressão por desmatamento dentro do estado do Amazonas. De acordo com dados do IPAM e INPE de agosto de 2019, o município teve 1.754 focos de incêndio e desmatou uma área equivalente à 151 km². A oficina regional ocorreu no dia 31 de outubro, no Centro Multifuncional de Apuí (Figura 3) e contou com a participação de 29 participantes (15 mulheres e 14 homens). Importante salientar que em Apuí a maior participação foi de grupos que atuam na área ambiental na região. Houve pouca participação de comunidades tradicionais, representadas por três mulheres jovens e uma liderança masculina. Os temas debatidos pelos participantes por meio da formação de grupos foram: pecuária sustentável; mulheres e jovens; extrativismo e agricultura familiar e turismo.

Os temas resultantes dos debates foram separados por Princípios de Salvaguardas, indicando para a região os desafios, lacunas e oportunidades identificados nas oficinas regionais em Conselho de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais

Resultado dos grupos de discussão separados por Princípios de Salvaguardas
Oficina de Apuí



Princípio 3

Melhoria dos meios de vida em longo prazo e o bem-estar dos povos e comunidades tradicionais e agricultoras e agricultores tradicionais e familiares e comunidades locais com atenção especial para mulheres e as pessoas mais marginalizadas e/ou vulneráveis

Desafios e fragilidades

- Situação de pobreza das populações rurais;
- A falta de regularização fundiária compromete a qualidade de vida de extrativistas e agricultores e agricultoras familiares, especialmente por afetar o acesso a crédito;
- Contexto de êxodo rural e ausência ou acesso restrito ao atendimento de saúde e educação (falta de profissionais de saúde e de professores, principalmente nos primeiros anos da educação fundamental);
- Dificuldade para o desenvolvimento de mercado para os produtos da sociobiodiversidade (comunicação, infraestrutura e logística, acesso a mercados, alto custo da produção, comercialização feita através da figura de atravessadores);
- Falta de segurança alimentar (o município não produz alimento suficiente para o seu abastecimento); Falta de segurança de alimento (ausência de condições sanitárias para a produção de carne bovina local – abatedouro municipal);
- Falta de organização dos produtores para acessarem mercados mais justos;
- Existem localidades sem energia.

Jovens e mulheres

- Preconceito contra as mulheres;
- Falta de oportunidades de educação e lazer para jovens;
- Dificuldade de meninas da zona rural de acessarem educação.

Oportunidades/Recomendações para o Programa Clima e Carbono

- Apoio e desenvolvimento de ações que promovam trabalho, emprego e incremento da renda;
- Apoio e desenvolvimento de ações de regularização fundiária e de acesso à crédito para extrativistas e agricultores e agricultoras familiares;
- Apoio e desenvolvimento de ações que auxiliem a permanência de ribeirinhos, extrativistas e agricultores e agricultoras familiares, especialmente acesso a atendimentos de saúde e educação;
- Apoio e desenvolvimento de ações que agreguem valor à produção do município para facilitar o acesso a mercado;
- Investimento em arranjos produtivos locais e valorização dos produtos e serviços ambientais locais (pecuária sustentável, piscicultura, artesanato, turismo);
- Apoio e desenvolvimento de ações com foco na promoção da segurança alimentar;
- Apoio e desenvolvimento de ações que apóiem o acesso a mercados mais justos;
- Apoio e desenvolvimento de ações para a promoção de energia para todos (energia solar).

Jovens e mulheres

- Apoio e desenvolvimento de ações que promovam a equidade de gênero;
- Apoio e desenvolvimento de ações voltadas para jovens (acesso à educação e lazer).

Princípio 4

Contribuir para boa governança, para os objetivos mais amplos de desenvolvimento sustentável e para justiça social

Desafios e fragilidades

- Conflitos fundiários nas glebas federais e áreas de UCs e de Projetos de Assentamento Extrativistas;
- Práticas agrícolas e de uso de recursos naturais extensivos e convencionais;
- Falta de prioridade por parte do governo para a execução de políticas existentes para jovens e mulheres;
- Ausência do Estado (falta de equipes e recursos).

Oportunidades/Recomendações para o Programa Clima e Carbono

- Desenvolver ações com vistas à lidar com conflitos de competências (esferas federal e estadual) que afetam os direitos de povos e comunidades tradicionais e locais;
- Desenvolver e apoiar ações que promovam e estimulem a adoção de práticas agrícolas e o uso dos recursos naturais de modo sustentável;
- Incluir nas atividades e ações promovidas pelo subprograma de REDD+ o apoio e o fortalecimento de políticas públicas voltadas para jovens e mulheres;
- Prever recursos e equipes para melhorar o atendimento por parte das agências do Estado para as populações locais.

Princípio 5

Manutenção e melhora da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos

Desafios e fragilidades

- Ausência de regularização ambiental e sanitária;
- Licenciamento Ambiental;
- Desenvolvimento do potencial do turismo sustentável de base comunitária (beleza cênica, artesanato e pesca);

Oportunidades/Recomendações para o Programa Clima e Carbono

- Apoio e desenvolvimento de ações que promovam a regularização ambiental e sanitária;
- Apoio e desenvolvimento de ações que regulem, promovam e incentivem o turismo sustentável de base comunitária (infraestrutura, logística, ordenamento turístico).

Princípio 6

Participação plena e eficaz de todas e todos as/os titulares de direitos, atoras e atores relevantes no programa Clima e Carbono.

Desafios e fragilidades

- Contexto de baixa organização e participação social;
- Baixo engajamento das pessoas nas discussões de pautas comuns;
- Baixa participação de mulheres e jovens.

Oportunidades/Recomendações para o Programa Clima e Carbono

- Apoio e desenvolvimento de ações que promovam o envolvimento de atoras, atores e organizações sociais (fortalecimento organizacional e desenvolvimento de lideranças, especialmente para jovens);
- Apoio e desenvolvimento de ações que promovam o fortalecimento, empoderamento e engajamento de jovens e mulheres.

Princípio 7

Cumprimento das leis locais e nacionais, assim como tratados, convenções e outros instrumentos internacionais relevantes.

Desafios e fragilidades

- Contexto local de baixo atendimento à legislação fundiária e ambiental;
- Ausência de recursos humanos e financeiros para a execução, acompanhamento e monitoramento das leis;
- Ausência de regularização ambiental e sanitária;
- Licenciamento Ambiental;
- Falta de regularização fundiária.

Oportunidades/Recomendações para o Programa Clima e Carbono

- Mapear principais leis não atendidas, identificando as principais causas para o seu não atendimento;
- Desenvolver ações que tenham como foco o cumprimento de leis locais, nacionais e outros instrumentos internacionais relevantes;
- Apoio e Desenvolvimento de ações de regularização fundiária.



Participação de mulheres e o debate sobre jovens e mulheres na oficina de Apuí

De maneira geral, no que diz respeito à participação das mulheres, destaca-se os seguintes pontos:

1. O número de participantes oscilou ao longo das atividades, no entanto, havia um bom número de mulheres presentes, sendo a maioria em alguns momentos. A participação efetiva, no entanto, era baixa, particularmente nos momentos em que todo o grupo estava unido e quando havia maior número de homens nos grupos. Em grupos em que haviam homens, eles tendiam a protagonizar o debate, mesmo quando o tema debatido eram questões relativas a oportunidades e obstáculos vivenciados por mulheres.
2. No período de apresentação das e dos participantes, chamou a atenção a participação de 3 mulheres jovens que participaram da oficina representando uma comunidade tradicional da região. Ao serem questionadas sobre problemas enfrentados pelas mulheres, não apresentaram falas específicas sobre problemas, mas apontaram para a importância de se valorizar as atividades produtivas de mulheres em comunidades como a delas, tais como o artesanato. Gostariam de apoio na comercialização de produtos.
3. A temática de gênero, tratada em um grupo específico da oficina, acabou adquirindo certo protagonismo ao fim dos trabalhos, dado que em um momento, a fala de uma das participantes, que afirmou que Apuí era um “município machista”, gerou incômodo em um dos participantes, que tratou de maneira jocosa o tema, se opondo àquela afirmação. Em determinado momento do debate em grupo, foi necessário que a mediadora apresentasse algumas informações sobre o que seriam os termos “machismo” e “feminismo”, entendidos pelo participante como termos similares sendo o feminismo uma conduta semelhante ao machismo, mas originada entre as mulheres.
4. Ao serem perguntadas/os sobre desafios e oportunidades relacionadas a mulheres, o preconceito contra as mulheres foi um dos principais obstáculos encontrados, refletindo nas dificuldades de geração de renda, oportunidades de estudo, entre outros. Entre as oportunidades se encontram o incentivo à atividade produtiva de mulheres; conscientização sobre a importância de se reduzir as desigualdades entre mulheres e homens, capacitações e incentivo à lideranças femininas locais; criação de escolas rurais para que as meninas de comunidades que queiram continuar seus estudos e sejam impedidas pela família de se deslocar para a cidade para tal, tenham opções de ensino próxima à família.
5. Sobre os jovens, se destaca o êxodo dos jovens e a ausência de lideranças entre eles, colaborando para perpetuar antigas lideranças locais. Para lidar com isso, sugeriu-se que houvesse maior investimento em políticas educacionais de esporte e cultura na cidade. Tornando mais atrativa a permanência no município, principalmente no caso da educação superior, que leva muitas/os jovens a morar em outras cidades do estado, como Manicoré e Manaus.

Figura 4.
Registro do público participante da Oficina de
Salvaguardas Socioambientais em Novo Aripuanã.
Foto: Kiviane Ribeiro (2019).



Oficina no Município de Novo Aripuanã

Localizado ao sul do Amazonas, o município de Novo Aripuanã também configura entre os municípios com maior índice de desmatamento em 2019. De acordo com dados do IPAM e INPE, até agosto de 2019, o município teve 665 focos de incêndio e 122,3 km² de área desmatada. No entorno de Novo Aripuanã, há duas Reservas do Desenvolvimento Sustentável [RDS], cujos moradores e moradoras tem como base urbana principal, a cidade: RDS do Juma e RDS do Madeira. Pela proximidade, parece haver maior presença de moradores e moradoras da RDS do Juma. Há uma dinâmica de moradia tal, que as pessoas que vivem na área das comunidades tradicionais, passam parte do tempo nas comunidades e parte na cidade. Sendo que algumas delas têm residência ou contam com a residência de familiares no município de Novo Aripuanã, usufruindo de serviços públicos e privados que não encontram nas áreas das reservas. Há também na área de influência da cidade, uma terra indígena, a Terra Setemã. É composta por duas comunidades principais, Vista Alegre 1 e 2. Segundo informado nas reuniões de preparação para as oficinas, os indígenas desse território são assistidos pelo escritório da FUNAI existente no município de Borba, mas são atendidos por políticas sociais como educação, saúde e assistência social, em Novo Aripuanã. Nas reservas os comunitários residentes têm como principal atividade econômica o extrativismo e agricultura familiar. Na agricultura, plantam tanto em área de várzea como em terra firme e tem como principais produtos frutas (melancia e banana) e mandioca. Tem sido bastante receptivo à atuação de órgãos que atuam na assistência técnica rural, como o IDAM,

que também realizam assistência, com menor intensidade, na atividade de pesca. A Secretaria de Meio Ambiente de Novo Aripuanã já recebeu queixas de moradores que tiveram conflitos com madeireiros na Terra Indígena. A Oficina Regional de Novo Aripuanã ocorreu no dia 05 de novembro de 2019, no auditório da Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã e contou com a participação de 74 pessoas (sendo 28 mulheres e 46 homens). A oficina contou com apoio da equipe da Fundação Amazonas Sustentável (FAS), da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal do estado do Amazonas (IDAM) e de lideranças de comunidades tradicionais da RDS do Juma (Figura 4). A oficina em Novo Aripuanã contou com uma ampla participação de pessoas das comunidades tradicionais das reservas do Rio Madeira e Juma. Por se relacionar numa base quase diária com as moradoras e moradores locais, a FAS teve condições de mobilizar com sucesso as e os comunitárias(os) da região. Houve considerável participação de mulheres em ambos os períodos da Oficina. Algumas delas levaram seus filhos e filhas por não ter com quem deixá-las(los) no período em que participaram do debate. Apesar do número de mulheres presentes, a participação delas nos debates ainda foi tímida, sendo os momentos em que todo o grupo esteve reunido, dominado por falas dos homens. Houve apenas uma tímida participação feminina, questionando a forma como teria sido realizado o convite para o evento. Os temas debatidos pelos participantes através da formação de grupos foram: extrativismo; manejo florestal; mulheres e jovens; agricultura familiar.

Os temas resultantes dos debates foram separados por Princípio de Salvaguarda, indicando para a região, desafios, lacunas e oportunidades indicadas através das oficinas regionais em termos de salvaguardas.

Resultado dos grupos de discussão separados por Princípios de Salvaguardas
Oficina de Novo Aripuanã

Princípio 1

Reconhecimento e respeito aos direitos a terras, territórios e recursos

Desafios e fragilidades

- Falta de regularização fundiária;
- No município existem terras indígenas demarcadas, mas que não foram contempladas durante a oficina.

Oportunidades/Recomendações para o Programa Clima e Carbono

- Apoio e Desenvolvimento de ações de regularização fundiária;
- Identificar, caracterizar e incluir no processo do programa de REDD+ povos indígenas do sul do Estado do Amazonas.

Princípio 2

Compartilhamento justo e equitativo de benefícios entre todas e todos os titulares de direitos e atores e atoras relevantes

Desafios e fragilidades

- Melhorar a gestão/definição de prioridade de aplicação de recursos nas reservas/comunidades.

Oportunidades/Recomendações para o Programa Clima e Carbono

- Apoio e desenvolvimento de mecanismos de definição de repartição equitativa de recursos e benefícios.

Princípio 3

Melhoria dos meios de vida em longo prazo e o bem-estar dos povos e comunidades tradicionais e agricultoras e agricultores tradicionais e familiares e comunidades locais com atenção especial para mulheres e as pessoas mais marginalizadas e/ou vulneráveis

Desafios e fragilidades

- Situação de pobreza e vulnerabilidade das famílias de extrativistas e agricultoras e agricultores familiares (insuficiente para sustentar a família);
- Ausência de incentivos para o extrativismo e para a agricultura familiar (acesso à mecanização, assistência técnica e extensão rural, escoamento, qualidade da produção);
- Comercialização dos produtos extrativistas e da agricultura familiar feita através de atravessadores;
- Escoamento da produção de extrativistas e agricultoras e agricultores familiares dificultada pelas condições de logística do município;
- Condição de educação precária (não tem sala de aula suficiente para atender à demanda das comunidades);
- Chelas nas áreas de plantio que acarretam na perda de produção agrícola em área de várzea;

Jovens e Mulheres

- Contexto de aumento do uso de drogas, álcool e aumento de prostituição nas comunidades;
- Preconceito contra as mulheres (falta de liberdade e preconceito com mulheres que trabalham fora do espaço doméstico);
- Situações de violência contra mulheres;
- Falta de estrutura de saúde, educação e lazer nas comunidades;
- Impactos sociais e ambientais da extração ilegal do ouro no leito dos rios (aumento da prostituição e da violência, contaminação dos rios e impactos sobre pesca).

Oportunidades/Recomendações para o Programa Clima e Carbono

- Promover ações que tenham como foco a erradicação da pobreza e a melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais e populações locais que vivem e dependem das florestas e recursos naturais (melhoria nos serviços públicos e estruturas das comunidades);
- Apoiar e promover ações que tenham como foco valorizar e organizar a comercialização dos produtos produzidos por extrativistas e agricultoras e agricultores familiares;
- Fornecer assistência técnica e extensão rural às famílias que vivem do extrativismo e da agricultura familiar;
- Promover políticas públicas que promovam a comercialização dos produtos produzidos por extrativistas e agricultoras e agricultores familiares;

Jovens e Mulheres

- Apoiar e promover ações que auxiliem famílias de agricultores e extrativistas a lidarem com os impactos das mudanças climáticas (períodos de chelas e secas que estão sendo experimentados mais recentemente);
- Apoiar e promover ações de conscientização e tratamento relacionados ao uso de drogas e álcool nas comunidades, sobre doenças sexualmente transmissíveis, entre outros temas relacionados à saúde pública;
- Apoio e desenvolvimento de ações que promovam a equidade de gênero;
- Realização de ações de combate à violência contra mulheres;
- Ações para lidar com os impactos ambientais e sociais da extração do ouro sobre comunidades locais e tradicionais.⁵

Princípio 4

Contribuir para boa governança, para os objetivos mais amplos de desenvolvimento sustentável e para justiça social.

Desafios e fragilidades

- Ausência do Estado (falta de equipes e recursos);
- Extração irregular de ouro;
- Extração irregular de madeira.

Oportunidades/Recomendações para o Programa Clima e Carbono

- Prever recursos e equipes para melhorar o atendimento por parte das agências do Estado para as populações locais;
- Analisar inconsistências entre políticas, estratégias e planos do Estado relacionados ao uso de recursos naturais que possam estar inviabilizando a regularidade de atividades produtivas (por exemplo, regras de plano de manejo florestal de pequenos que exige que a madeira extraída na floresta deve ser beneficiada na floresta);
- Atualizar lei do Plano de Manejo Florestal para Pequena Escala, reconhecendo dificuldades de sua aplicabilidade.

Princípio 5

Manutenção e melhoria da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos

Desafios e fragilidades

- Cenário de perda do extrativismo da castanha (castanhais "mais sujos" e abandonados) e da copaliba;
- Extração irregular de madeira tem acabado com a copaliba;
- Impactos ambientais da extração ilegal de ouro;
- Organização da produção e comercialização de extrativistas, produtoras e produtores familiares;
- Falta de incentivo para o manejo florestal sustentável: questão fundiária, licenciamento, estrutura, ausência de fiscalização;
- Desmatamento.

Oportunidades/Recomendações para o Programa Clima e Carbono

- Apoiar e desenvolver ações participativas voltadas para mapear e resgatar a produção de castanha e de copaliba;
- Apoiar e desenvolver ações para combater a extração ilegal de madeira e promover o manejo florestal sustentável na região;
- Desenvolver ações para lidar com os impactos ambientais e sociais da extração de ouro que ocorre nos rios da região;
- Apoiar e desenvolver ações para apoiar a organização da produção extrativistas, produtoras e produtores familiares;
- Desenvolver mecanismo para valorizar o extrativismo e o mercado de produtos da floresta (borracha, copaliba, castanha, pau-rosa, cipó, entre outros produtos);
- Apoiar e desenvolver ações para reflorestar áreas desmatadas.

Princípio 6

Participação plena e eficaz de todas e todos as/os titulares de direitos, atoras e atores relevantes no programa Clima e Carbono.

Desafios e fragilidades

- Falta de interesse dos jovens de participar de associações;
- Falta de apoio e resistência dos homens para a participação das mulheres;
- Durante a oficina alguns participantes declararam não terem sido adequadamente informados sobre os objetivos da reunião.

Oportunidades/Recomendações para o Programa Clima e Carbono

- Apoiar e desenvolver ações que estimulem a participação de jovens e mulheres em espaços de tomadas de decisão sobre projetos e ações relacionados com seus interesses (recursos e adoção de estratégias para facilitar a participação de mulheres considerando especificidades relacionadas à vida familiar);
- Promover ações de capacitação voltadas para os homens sobre questões de gênero;
- Criar mecanismos de comunicação e divulgação mais apropriados para informar e envolver representantes de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e locais.

Princípio 7

Cumprimento das leis locais e nacionais, assim como tratados, convenções e outros instrumentos internacionais relevantes.

Desafios e fragilidades

- Contexto local de baixo atendimento à legislação fundiária e ambiental;
- Ausência de recursos humanos e financeiros para a execução, acompanhamento e monitoramento das leis;
- Ausência de regularização ambiental e sanitária;
- Licenciamento Ambiental;
- Falta de regularização fundiária.

Oportunidades/Recomendações para o Programa Clima e Carbono

- Mapear principais leis não atendidas, identificando as principais causas para o seu não atendimento;
- Desenvolver ações que tenham como foco o cumprimento de leis locais, nacionais e outros instrumentos internacionais relevantes;
- Apoio e Desenvolvimento de ações de regularização fundiária;



Participação de mulheres e o debate sobre jovens e mulheres na oficina de Novo Aripuanã

Com relação às mulheres das RDS do Rio Madeira e Juma, foi informado que as mulheres ainda são as principais responsáveis pelas atividades de cuidado e afazeres domésticos, como acontece em todo o país. A maioria das famílias dessas reservas são beneficiárias do Programa Bolsa Família. Segundo estimativas da FAS, no Rio Madeira, em todas as principais associações há mulheres compondo a diretoria de associações comunitárias. Já no Juma, a participação seria menor, mas em uma associação há uma comunitária vice-presidente.

Com relação às suas atividades produtivas, elas atuam mais frequentemente no beneficiamento dos produtos da agricultura familiar (como a produção de farinha de mandioca, por exemplo) e nas “hortas” e “canteiros” (cultivo de hortaliças, legumes e verduras em baixa escala). Há relatos de atividades de artesanato, como a fabricação e comercialização de fogareiros e churrasqueiras de barro. Segundo representante do IDAM, há alguns anos chegaram a trabalhar no incentivo à geração de renda através do incentivo a certas cadeias produtivas nas quais as comunitárias tinham maior envolvimento, no entanto, com a redução do número de trabalhadoras e trabalhadores na instituição, não tem sido possível realizar ações que atendam às demandas específicas das mulheres. Dessa maneira, a instituição tem apoiado apenas a produção da agricultura familiar com algum nível de consolidação, gerida majoritariamente por homens.

Outro destaque são os efeitos de políticas como o Programa Bolsa Família e o Programa Bolsa Floresta – e as atividades relacionadas a esse último – no aumento do protagonismo feminino nas comunidades. Segundo informações da FAS houve um aumento do número de mulheres com documentação pessoal, essencial para o acesso a políticas que possam provê-las de proteção e outras garantias de direitos. No caso do Programa Bolsa Floresta, dado que a FAS tem sido instada a atuar na promoção da equidade de gênero, o incentivo à participação em atividades coletivas no âmbito do programa tem importante potencial na construção de uma cultura de participação social feminina. No entanto, apesar de avanços, os entraves ainda parecem ser muitos, revelando um longo caminho para a conquista da participação plena das mulheres das comunidades em associações e outros fóruns coletivos com a presença dos ribeirinhos.

Mencionou-se também que as atividades de garimpo, majoritariamente ilegais, particularmente na RDS do Rio Madeira, tem incentivado a exploração sexual de mulheres. Aliado a isso, podem surgir outros tipos de violação de direitos, principalmente algumas formas de violência contra a mulher. É temerário que, num contexto de aumento dos riscos à integridade das mulheres, há ainda falta de acesso à informação sobre as políticas públicas e uma fraca presença do estado na intermediação não apenas dos conflitos ambientais, mas na garantia e proteção dos direitos das mulheres que vivem nessas RDS, como visita e os relatos coletados evidenciam.



Participação de mulheres e o debate sobre jovens e mulheres na oficina de Apuí

Durante a Oficina, como resultado do grupo de discussão sobre Mulheres e Jovens, entre os principais problemas mencionados se destacou o preconceito contra as mulheres, a dificuldade de inserção laboral e a ausência de liberdades individuais. Com relação a esse último problema, chamou a atenção alguns relatos que apontam que as mulheres são muitas vezes impedidas de estudar, participar de atividades coletivas nas associações e assumir cargos de liderança (“meu marido tem ciúme que eu frequente a escola ou igreja”, “os maridos não gostam que as mulheres viagem e por isso não deixam fazer parte das associações”) ou mesmo ter acesso às políticas de saúde (“alguns maridos não deixam que as mulheres façam o exame preventivo [ginecológico]”).

No que diz respeito às oportunidades, ressaltou-se a importância de se realizarem atividades de conscientização de homens no que diz respeito às questões de gênero e a importância da participação das mulheres nas atividades produtivas e associações e debates públicos. Também seria essencial realizar formações e capacitações e projetos que visem o empoderamento das mulheres, de maneira a muni-las de ferramentas para buscarem maior protagonismo na família, na geração de renda e na participação política.

Houveram algumas resistências à discussão dos problemas enfrentados pelas mulheres entre os homens e algumas mulheres tiveram maior dificuldade em expor suas opiniões, apresentando bastante timidez e dificuldades em falar em público. Por mais que houvesse a tentativa de incitar a participação das mulheres que apresentaram maiores impedimentos à participação, algumas delas não apresentaram suas opiniões.

Figura 5.
Registro da Oficina de Salvaguardas
Socioambientais em Tabatinga.
Foto: Dirce Quintino (2019).



Oficina no Município de Tabatinga

Diferentemente de Apuí e Novo Aripuanã, o município de Tabatinga, situado na mesorregião do sudoeste amazonense, na microrregião do Alto Solimões, não enfrenta forte pressão de desmatamento e queimadas. A cidade de Tabatinga tem a característica singular de ser uma região de tríplice fronteira, havendo uma fronteira seca entre Tabatinga e Leticia [Colômbia], o que permite um grande trânsito de pessoas entre as cidades e impõe desafios em vários aspectos sociais e das políticas públicas. Há muitos conflitos culturais, étnico-raciais e xenofobia, além dos altos índices de violência ligados ao tráfico de drogas recorrente nas fronteiras amazonenses, principalmente nas fronteiras com a Colômbia. Apesar de ser um polo regional, é um município com um PIB per capita de R\$ 6.651,46, que o coloca em 44º lugar no estado e entre os últimos colocados no país, sendo 5.154º colocado entre os 5.570 municípios brasileiros. Segundo o último Censo Demográfico [em 2010], a cidade tinha uma população de 52.272 pessoas, no entanto a população estimada em 2019 é de 65.844 pessoas. A oficina regional ocorreu no dia 19 de novembro de 2019, no auditório da Universidade Estadual do Amazonas (UEA) [Figura 5]. Participaram desta reunião 32 pessoas, sendo 19 mulheres e 13 homens. A oficina em Tabatinga contou com divulgação e mobilização em pelo menos outros dois municípios da região, Atalaia do Norte e Benjamim Constant. Além da ida de um servidor da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA) a essas localidades foi realizada divulgação por meio de rádio na Rádio Nacional do Alto Solimões, afiliada da Empresa Brasil de Comunicação [EBC]. Na divulgação foram



apresentadas, em linhas gerais, quais os temas do projeto e quais os conteúdos da Lei de Serviços Ambientais estavam sendo regulamentadas. Houve participação da consultoria de gênero, que apontou para a importância de se abordar a temática de gênero no projeto e foi realizado um convite na língua do povo indígena Ticuna, um dos principais grupos de comunidades tradicionais da região. Os temas debatidos pelos participantes por meio da formação de grupos foram: Regiões Alto Solimões (quais os principais desafios sociais e ambientais de se viver em uma região de fronteira?); Agricultura familiar (quais os principais desafios enfrentados por agricultoras e agricultores familiares na região do Alto Solimões?); Povos Indígenas (qual a situação dos povos e comunidades indígenas na região? Quais os principais desafios?) e; Mulheres e Jovens (Quais os desafios enfrentados por mulheres e jovens na região? Quais ações e iniciativas poderiam colaborar para melhorar as oportunidades para as mulheres?).como o IDAM,

Resultado dos grupos de discussão separados por Princípios de Salvaguardas
Oficina de Tabatinga

Princípio 1

Reconhecimento e respeito aos direitos a terras, territórios e recursos

Desafios e fragilidades

- Desvalorização das culturas indígenas;
- Presença do estado;
- Ameaça dos direitos e territórios indígenas;
- Ausência/diminuição de fiscalização;
- Segurança para as comunidades/presença de piratas;
- Envolvimento em atividades ilegais por falta de alternativas;
- Falta de demarcação de territórios indígenas;
- Retorno a um período em que havia muito preconceito contra os indígenas.

Oportunidades/Recomendações para o Programa Clima e Carbono

- Fortalecer as ações de órgãos de fiscalização e assistência dos povos indígenas;
- Estratégia para fortalecer a segurança, fiscalização e monitoramento da área;
- Projetos de manejo sustentável e desenvolvimento das comunidades.

Princípio 2

Compartilhamento justo e equitativo de benefícios entre todas e todos os titulares de direitos e atores e atoras relevantes

Desafios e fragilidades

- O debate dos grupos não apontou informações sobre este princípio durante a oficina no município de Tabatinga.

Oportunidades/Recomendações para o Programa Clima e Carbono

- O debate dos grupos não apontou informações sobre este princípio durante a oficina no município de Tabatinga.

Princípio 3

Melhoria dos meios de vida em longo prazo e o bem-estar dos povos e comunidades tradicionais e agricultoras e agricultores tradicionais e familiares e comunidades locais com atenção especial para mulheres e as pessoas mais marginalizadas e/ou vulneráveis

Desafios e fragilidades

- Infraestrutura da região (Internet, água potável, saneamento, transporte);
- Implementação da política de resíduos sólidos;
- Falta de desenvolvimento de carreira (o jovem forma mas não trabalha);
- Legalizar as atividades econômicas locais;
- Falta de ambiente para debate e troca para mulheres;
- Dependência de produtos e serviços de outros países;
- Tráfico de drogas, violência;
- Acompanhamento de quem trafega no território;
- Capacitação e assistência técnica.

Jovens e mulheres

- Jovens indígenas sem renda e procurando outras alternativas;
- Falta de infraestrutura de educação/saúde/casa cultural, dentro do modelo desenvolvido pelos indígenas;
- Saneamento básico e problemas de saúde;
- Respeito à escola/educação indígena;
- Gravidez na adolescência;
- Diminuição do atendimento da saúde (CSAE);
- Diminuir o êxodo rural;
- Falta de empregos;
- Dupla jornada/as mulheres são sobrecarregadas com atividades domésticas;
- Trabalho infantil-juvenil versus escolarização;
- Falta investimento em escolas rurais;
- Violência contra as mulheres;
- Falta compromisso de alguns professores nas comunidades;
- Amadurecimento e gravidez precoce (ligado à falta de investimento em educação tanto para meninos como para meninas);

Oportunidades/Recomendações para o Programa Clima e Carbono

- Ações de desenvolvimento integrado e regional (estilo "Avança Solimões);
- Ações de logística reversa para resíduos (Tabatinga – Manaus);
- Estimular o associativismo/cooperativismo na região;
- Fortalecer ações de turismo ecológico como atividade econômica (artesanato, gastronomia);
- Ação para promover e incentivar a produção local indígena para a merenda;
- Assistência técnica;
- Capacitar lideranças/professores para a produção indígena;
- Reconhecimento do calendário e da cultura indígena e ribeirinha;
- Dar condições para a produção (PDS, PA) e escoamento para comercialização (pavimentação);
- Política multilaterais (amplo alcance, circulação, comércio e etc.);
- Investimento do governo e capacitação/empreendedorismo para o turismo ambiental;
- Implementação do Plano de Desenvolvimento Integrado do Alto Solimões;
- Rastreabilidade dos Recursos Pesqueiros (beneficiamento do peixe e insumos).

Jovens e mulheres

- Ter projeto como jovem aprendiz;
- Programa de qualificação da mão de obra;
- Diminuir o machismo dos parceiros;
- Aumentar a oferta de cursos (nas comunidades): cursos técnicos na área de agricultura, curso de especialização e cursos superiores;

Princípio 3

Melhoria dos meios de vida em longo prazo e o bem-estar dos povos e comunidades tradicionais e agricultoras e agricultores tradicionais e familiares e comunidades locais com atenção especial para mulheres e as pessoas mais marginalizadas e/ou vulneráveis

Desafios e fragilidades

Continuação.

- Educação sexual ainda é um tabu;
- Há muito preconceito contra indígenas e comunidades tradicionais;
- Dificuldade de acesso às políticas de enfrentamento à violência contra a mulher;
- Não se cumpre a lei Maria da Penha;
- Acesso fácil à drogas;
- Muitos casos de prostituição, muita objetificação das mulheres e muita incidência de DST's;
- Preconceito contra as mulheres, racismo, homofobia;
- Inclusão digital;
- Exploração sexual de jovens e adolescentes.

Oportunidades/Recomendações para o Programa Clima e Carbono

Continuação.

- Aumentar a oferta de orientações/educação sexual nas escolas;
- Adaptação da educação à realidade das comunidades indígenas e ribeirinhas;
- Aumentar a transparência do governo e aumentar a fiscalização e controle das políticas;
- Melhorar a qualidade do ensino, principalmente nas comunidades ribeirinhas;
- Aumentar a conscientização dos meninos e homens sobre o machismo;
- Projetos nas escolas para combater o preconceito e discriminação de gênero e raça (o governo deve dar prioridade para estes projetos);
- Projeto de valorização do conhecimento tradicional de comunidades tradicionais e indígenas;
- Estimular os jovens a melhorar suas condições de vida;
- Aumentar o número de professoras e professores qualificados;
- Aumentar as políticas de enfrentamento à violência contra a mulher;
- Aumentar o investimento em cooperativas e associações de mulheres;
- Formar os agentes de saúde para ofertarem educação sexual;
- Ofertar palestras para os pais e mães sobre educação sexual;
- Palestras e orientações para as famílias com relação à violência contra mulher;
- Trabalhar com rede de jovens, inclusive para formar novas lideranças;
- Lutar por direitos, democracia e soberania;
- Curso de informática básica e avançada.

Princípio 4

Contribuir para boa governança, para os objetivos mais amplos de desenvolvimento sustentável e para justiça social.

Desafios e fragilidades

- Sucateamento da Funai e do Ibama;
- Funai não está autorizado a agir nas comunidades;
- Morte de agentes federais;
- Missionários entrando em áreas indígenas/biopirataria;
- Enfraquecimento dos órgãos de apoio aos indígenas/-distanciamento do estado.

Oportunidades/Recomendações para o Programa Clima e Carbono

- Fortalecer as ações de órgãos de fiscalização e assistência dos povos indígenas;
- Estratégia para fortalecer a segurança, fiscalização e monitoramento da área.

Princípio 5

Manutenção e melhora da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos

Desafios e fragilidades

- Falta de educação ambiental no currículo;
- Invasão de pescadores e caçadores em grande escala;
- Distância das comunidades para assistência e para sair a produção indígena.

Oportunidades/Recomendações para o Programa Clima e Carbono

- Educação ambiental, especialmente para os jovens;
- Educação ambiental em grade ambiental indígena;
- Desenvolvimento do turismo indígena (atalala tem estrutura de turismo).

Princípio 6

Participação plena e eficaz de todas e todos as/os titulares de direitos, atores e atores relevantes no programa Clima e Carbono.

Desafios e fragilidades

- Fortalecimento de organizações sociais (terceiro setor)
- Parcerias especializadas na questão indígena/diálogo entre os órgãos para cuidar e sustentar a vida dos povos indígenas;
- Falta de valorização da cultura indígenas/falta de retorno para as comunidades indígenas.

Oportunidades/Recomendações para o Programa Clima e Carbono

- Ação para promover e incentivar a produção local indígena para a merenda;
- Assistência técnica;
- Fortalecer as ações de órgãos de fiscalização e assistência dos povos indígenas.

Princípio 7

Cumprimento das leis locais e nacionais, assim como tratados, convenções e outros instrumentos internacionais relevantes.

Desafios e fragilidades

- Falta de órgãos de fiscalização;
- Legislação não adaptada para a realidade local (área de livre comércio na verdade não funciona);
- Sucateamento da Funai e do Ibama;
- Funai não está autorizado a agir nas comunidades;
- Morte de agentes federais;
- Missionários entrando em áreas indígenas/bi-óptima;
- Enfraquecimento dos órgãos de apoio aos indígenas/distanciamento do estado.

Oportunidades/Recomendações para o Programa Clima e Carbono

- Fortalecer as ações de órgãos de fiscalização e assistência dos povos indígenas;
- Estratégia para fortalecer a segurança, fiscalização e monitoramento da área.



Participação de mulheres e o debate sobre jovens e mulheres na oficina de Tabatinga

Tabatinga está entre os municípios brasileiros com as piores taxas de escolarização de crianças e adolescentes entre 6 e 14 anos, ainda assim a taxa mais recente é de 91,2% dessa população. Também se caracteriza pelo baixo desempenho em avaliações nacionais da qualidade do ensino, tendo resultados inferiores às médias nacionais e estaduais. A educação, assim como em outras oficinas, foi citada como um dos principais desafios e necessidades no que diz respeito às e aos jovens da cidade. Todavia, ao contrário do que foi apontado nas oficinas anteriores, a discriminação e o preconceito de gênero e raça foram citados como um dos grandes desafios observados no sistema educacional do município.

A questão racial e étnica surge aqui como um grande tema que permeia as mais diversas questões surgidas ao longo da oficina, especialmente no grupo que debateu os temas de mulheres e jovens. Foi relatado que ainda há muito preconceito contra negras/os e indígenas, levando-se em conta que há uma grande concentração de povos indígenas não apenas no entorno rural, como na área urbana da cidade. Contou-se inclusive com a participação de uma cacique urbana do povo Kokama na região. A participante também é presidente de uma associação de mulheres ligada à Federação dos povos Kokama. Os Kokama, sendo informações do Instituto Socioambiental (ISA), tiveram seus primeiros contatos com pessoas brancas desde as primeiras décadas do início da colonização brasileira e estiveram sujeitos a “um contexto tão adverso de reprodução física e cultural desses grupos, que lhes suscitou a negação da identidade indígena por muitas décadas. Desde os anos de 1980, porém, a identidade Kokama vem sendo cada vez mais valorizada no contexto de suas lutas políticas – que incluem outros povos indígenas do Solimões – por terras e acesso a programas diferenciados de saúde, educação e alternativas econômicas”⁴. Estima-se que a maior parte desse povo vive entre o Brasil e o Peru, sendo que a maior parte vive hoje no território peruano.

As e os representantes do povo Kokama presentes na reunião queixaram-se do fato de que os convites chegaram numa data muito próxima a execução da oficina, o que tornou difícil a participação de mais representantes Kokama e pode ter contribuído para a ausência de representantes do povo Ticuna, um dos principais povos indígenas da região de Tabatinga. Apontaram também para o fato de ser necessário que se atente para a ampla participação indígena em atividades como essas.

Os dois principais povos indígenas da região, portanto, são os Kokama e os Ticuna. Segundo dados do Instituto Socioambiental (ISA),

⁴ <https://piib.socioambiental.org/pt/Povo:Kokama>

“[...] Os Ticuna configuram o mais numeroso povo indígena na Amazônia brasileira. Com uma história marcada pela entrada violenta de seringueiros, pescadores e madeireiros na região do rio Solimões, foi somente nos anos 1990 que os Ticuna lograram o reconhecimento oficial da maioria de suas terras. Hoje enfrentam o desafio de garantir sua sustentabilidade econômica e ambiental, bem como qualificar as relações com a sociedade envolvente mantendo viva sua riquíssima cultura. Não por acaso, as máscaras, desenhos e pinturas desse povo ganharam repercussão internacional” (Instituto Socioambiental, s/d) ⁵.

Na região do Alto Solimões os Ticuna “são encontrados em todos os seis municípios da região, a saber: Tabatinga, Benjamim Constant, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Içá e Tonantins” e estão distribuídos em mais de 20 Terras Indígenas. Apesar de serem originários dessa região, vários dos membros dessa etnia migraram ao longo das margens do Rio Solimões e hoje tem uma presença considerável também na região de Tefé.

Entre os temas que surgiram no período de preparação e na oficina em si mesma, foi a tráfico de drogas, citado como o principal problema da cidade. Há altos índices de homicídios relacionados ao tráfico, além de grande frequência de assaltos, o que é corroborado por dados oficiais das polícias que atuam no local.

O aumento do tráfico no interior do estado e nas unidades de conservação, além de contribuir para o aumento da violência de uma forma em geral, tem importantes efeitos no aumento da incidência da violência sexual e doméstica contra a mulher. Braga-Orillard et al (2017), ao estudar o fenômeno da ocorrência de violência contra a mulher e infecções por HIV no Alto Solimões, destaca a percepção de grupos indígenas da região da associação entre tráfico de drogas e violência contra a mulher. Observou também que no período analisado, em 84% das ocorrências de violência registradas nas comunidades investigadas, o agressor se encontrava sob efeito do uso abusivo de álcool. O uso de cocaína também foi citado como fator que contribuía para a violência, principalmente a violência física.

Há em Tabatinga uma Delegacia que atende os casos de violência contra a mulher, a Delegacia Interativa de Polícia (DIP), especializada em atendimento à mulher, idoso, criança e adolescente. Mencionou-se na oficina a falta de dados precisos sobre os casos de violência, dada a subnotificação, algo que também foi observado no estudo conduzido por Braga-Orillard et al (2017).



Figura 6. Registro da participação do público com a identificação de suas comunidades no mapa interativo na Oficina de Salvaguardas Socioambientais em Manaus. Foto: Dirce Quintino (2019).

Oficina no Município de Manaus

No município de Manaus a oficina aconteceu no dia 22 de novembro de 2019, no auditório Lídia Parisotto, sede da Fundação Amazonas Sustentável (Figura 6). A oficina fez parte da programação de um encontro de lideranças das associações que participam do Programa Bolsa Floresta, organizado regularmente pela Fundação Amazonas Sustentável. Por essa característica, o tempo destinado às atividades foi inferior ao que foi destinado nas oficinas no interior do estado. Entretanto, a presença de lideranças das mais diversas localidades foi importante no papel de disseminação dos debates em torno da legislação e das salvaguardas. Participaram desta reunião 36 pessoas, sendo 16 mulheres e 20 homens. Foram realizadas apresentações do conteúdo das salvaguardas e conduzido o trabalho com o mapa, no qual as lideranças foram convidadas a utilizarem papéis autoadesivos para identificarem a comunidade onde vivem. As lideranças demonstraram bastante interesse em visualizar o mapa e se localizarem nele, se mostrando um artifício bastante didático para, entre outras coisas, compreenderem os efeitos da legislação no território onde vivem. Os temas debatidos pelos participantes através da formação de grupos foram: Participação Plena [O que o estado deve considerar para garantir a participação plena de povos indígenas e comunidades tradicionais, agricultores e agricultoras familiares nos processos e estruturas de tomada de decisão do programa de REDD+?]; Compartilhamento Justo e equitativo de benefícios [O que o estado deve considerar para que o programa de REDD+ seja compartilhado de maneira justa?]; Clima e Meios de Vida [Como as mudanças do clima têm afetado sua vida e de sua família?]; Mulheres e Jovens [Quais os desafios enfrentados para a formação de novas lideranças mulheres e o que pode ser feito?].

⁵ Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Ticuna>. Acesso em 13 Dez 2019.

Resultado dos grupos de discussão separados por Princípios de Salvaguardas
Oficina de Manaus

Princípio 1

Reconhecimento e respeito aos direitos a terras, territórios e recursos

Desafios e fragilidades

* o debate dos grupos não apontou informações sobre este princípio durante a oficina no município de Manaus.

Oportunidades/Recomendações para o Programa Clima e Carbono

* o debate dos grupos não apontou informações sobre este princípio durante a oficina no município de Manaus.

Princípio 2

Compartilhamento justo e equitativo de benefícios entre todas e todos os titulares de direitos e atores e atoras relevantes

Desafios e fragilidades

- Unidades de conservação que vão garantir a redução do desmatamento (reconhecer o esforço e as atividades);
- Considerar as unidades de conservação que estão mais distante e tem mais dificuldade (questão de segurança);
- Participação das associações e conselhos gestores na tomada de decisão;
- Necessidade de capacitação/conhecimento técnico de como elaborar projetos adaptado às realidades das comunidades;
- Traduzir as regras à linguagem das comunidades – voltado para o dia a dia;
- Transparência, informação das associações/comunidades;
- Preocupação sobre como o estado vai elaborar as regras e a responsabilidade com as associações.

Oportunidades/Recomendações para o Programa Clima e Carbono

- Divisão feita através das unidades de conservação;
- Ouvir os representantes das comunidades / fórum das lideranças para decidir junto com o governo;
- Precisa monitorar para ver se o processo está alcançando o resultado;
- Projetos para amparar os moradores para não desmatar;
- Incluir os órgãos parceiros, representantes de jovens e mulheres;
- Incluir os indígenas/unidades de conservação e indígenas precisam trabalhar juntos;
- Realização de oficinas e elaboração de projetos regionais para definir como os recursos serão utilizados (parte das comunidades);
- Empoderar as associações;
- Considerar o recurso e a proporcionalidade de moradores para a estratégia de divisão sendo considerada as características locais;
- Considerar a igualdade de gênero e de jovens nos critérios para a repartição de benefícios;
- Definir regras de uso dos benefícios do programa, inclusive regras sobre como os conflitos serão resolvidos;
- Promover seminários nas comunidades de avaliação para ver se está funcionando;
- As associações devem definir quem irá representar as comunidades nas decisões sobre repartição de benefícios.

Princípio 3

Melhoria dos meios de vida em longo prazo e o bem-estar dos povos e comunidades tradicionais e agricultoras e agricultores tradicionais e familiares e comunidades locais com atenção especial para mulheres e as pessoas mais marginalizadas e/ou vulneráveis

Desafios e fragilidades

Jovens e Mulheres

- Educação;
- Drogas e álcool;
- Geração de renda;
- Empoderamento das mulheres;
- Violência contra as mulheres;
- Gravidez na adolescência;
- Falta de liberdade para as mulheres;
- Diálogo familiar
- Maltrato e abandono de idosos;
- Maus tratos de idosos.

Oportunidades/Recomendações para o Programa Clima e Carbono

Jovens e Mulheres

- Aumentar a oferta de cursos técnicos e superiores;
- Cursos de formação para mulheres (aprimoramento);
- Atividade de esporte de lazer que envolvam mulheres e jovens;
- Palestras e orientação na área de educação sexual;
- Cursos que dialoguem com a realidade das unidades de conservação;
- Distribuição de métodos anticoncepcionais para escolas e associações;
- Criar conselhos tutelares nas unidades de conservação;
- Agentes de assistência social nas unidades de conservação;
- PROERD E JOVEM APRENDEZ;
- Creches.

Princípio 4

Contribuir para boa governança, para os objetivos mais amplos de desenvolvimento sustentável e para justiça social

Desafios e fragilidades

* o debate dos grupos não apontou informações sobre este princípio durante a oficina no município de Manaus.

Oportunidades/Recomendações para o Programa Clima e Carbono

* o debate dos grupos não apontou informações sobre este princípio durante a oficina no município de Manaus.

Princípio 5

Manutenção e melhora da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos

Desafios e fragilidades

- Cada vez mais difícil trabalhar no roçado por causa do sol;
- Câncer de pele;
- Maior intensidade dos temporais/chuvas fortes de forma imprevisível;
- Mudanças na sazonalidade de secas e cheias;
- Cheias históricas acontecendo com mais frequência;
- As frutagens já não estão acontecendo;
- Mudança no comportamento na floração das plantas;
- Guaraná e castanha estão com queda de produção;
- Açaí mudando a época de maturação (antecipando);
- Seringais na área de várzea e outras culturas afetadas;
- Aumento no desmatamento e mudança no ciclo de chuvas;
- Roçado já sofre com a seca;
- Produção na várzea cada vez mais difícil (banana, juta, malva);
- Aplicar lei de resíduos sólidos;
- Eventos climáticos incomuns (chuva de granizo).

Oportunidades/Recomendações para o Programa Clima e Carbono

- Captação de recursos;
- Alternativas de desenvolvimento sustentável, inclusive para os países poluidores;
- Comunidades atuando como educadores ambientais para o desenvolvimento sustentável;
- Trabalhar a questão do descarte do resíduo sólido;
- Novas tecnologias para melhorar a produtividade e evitar o avanço do desmatamento;
- Assistência técnica para apoiar o uso de alternativas para o roçado sem queimada, por exemplo;
- Técnicos de produção sustentável presentes nas comunidades;
- Manejo de espécies da fauna (para contornar os impactos nessas comunidades de animais);
- Fonte de energia limpa nas comunidades sem energia elétrica;
- Diversidade de produtos na floresta em pé (extrativismo que pode ser alternativa ao roçado);
- Programas de geração de renda e oportunidades para os agentes ambientais nas comunidades;
- Programa de capacitação em sustentabilidade nas comunidades;
- Projetos de banheiros ecológicos e reuso de plásticos (tijolo ecológico) já existe nas comunidades e precisam ser fortalecidos;
- Educação ambiental nas escolas das comunidades;
- Ampliar os cursos de brigadistas nas comunidades (na comunidade Rio Purus já existe);
- Ampliar e rever o programa luz para todos, incluindo as energias limpas;
- Ações para adaptação à mudança do clima, como cultivar e quais plantas cultivar;
- Formação de técnicos da comunidade (técnico ancestral, como acontece no Peru);
- Maior articulação e contato com os técnicos das unidades locais do IDAM.

Princípio 6

Participação plena e eficaz de todas e todos as/os titulares de direitos, atores e atores relevantes no programa Clima e Carbono.

Desafios e fragilidades

- Regras que sejam coerentes com o contexto local;
- Transparência com as decisões feitas;
- Participação das lideranças desde o início dos processos;
- Assegurar cadeiras nos arranjos das decisões para as lideranças;
- Linha direta com o gestor da política pública para denúncia e monitoramento;
- Participação qualificada e deliberativa nas decisões;
- Acesso facilitado e divulgação das informações.

Oportunidades/Recomendações para o Programa Clima e Carbono

- Reunião junto às associações locais para tomadas de decisões e conselho gestor;
- Pesquisas via Whatsapp, facebook (seguem as redes sociais dos órgãos ambientais);
- Convocação via rádio para reuniões;
- Reunião com lideranças locais (das associações comunitárias) e eles levam pra reserva;
- Priorizar projeto e mão de obra local;
- Capacitações e formações constantes;
- Rede para troca de informações de grupos mais qualificados de diferentes segmentos;
- Apoio logístico para garantir participação.

Princípio 7

Cumprimento das leis locais e nacionais, assim como tratados, convenções e outros instrumentos internacionais relevantes.

Desafios e fragilidades

- * o debate dos grupos não apontou informações sobre este princípio durante a oficina no município de Manaus.

Oportunidades/Recomendações para o Programa Clima e Carbono

- * o debate dos grupos não apontou informações sobre este princípio durante a oficina no município de Manaus.



Participação de mulheres e o debate sobre jovens e mulheres na oficina de Manaus

Na oficina de Manaus se destacou a presença de 15 mulheres líderes, que participam das associações como diretoras, presidentes ou tesoureiras. O debate realizado no grupo específico sobre jovens e mulheres apresentaram as seguintes considerações:

Como principal desafio ao desenvolvimento de novas lideranças tanto de jovens do sexo masculino quanto feminino foi apontado o acesso à educação e os desafios relacionados com geração de renda.

Como desafios enfrentados pelas mulheres foram citadas situações como violência doméstica, gravidez na adolescência, falta de liberdade para as mulheres, ausência de diálogo familiar. Além disso, foram mencionadas ocorrências de maus tratos e abandono de idosos. Nesta perspectiva, percebe-se como oportunidade (e como necessidade) o aumento da oferta de cursos técnicos e superiores; curso de formação para mulheres; atividades de esporte e lazer que envolvem mulheres e jovens; palestras e orientação na área de educação sexual; cursos que dialoguem com a realidade das unidades de conservação; distribuição de métodos anticoncepcionais para escolas e associações; criação de conselhos tutelares nas unidades de conservação e presença de agentes de assistência social nas unidades de conservação; a disponibilidade de creches e de programas como Jovem Aprendiz.



Figura 7.
Registro da interação do público da oficina de salvaguardas socioambientais em Tefé.
Foto: Dirce Quintino (2019).

Oficina no Município de Tefé

Tefé é uma das principais cidades amazonenses tida como um centro regional do médio Rio Solimões. A oficina neste município aconteceu no dia 28 de novembro de 2019, no Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM) (Figura 7) e contou com a participação de 67 pessoas, sendo 34 mulheres e 33 homens. Entre as(os) participantes estavam moradoras(es) de várias comunidades no entorno de Tefé. Entre essas, podemos citar: Comunidades da RESEX Catuá-Ipixuna, tais como a Comunidade Santa Luzia do Borba, Alta Conquista; da RDS Mamirauá, entre elas a comunidade de Campo Novo, São Sebastião, já na cidade de Uarini; Comunidade Remanso; Batalha de Baixo; da cidade de Fonte Boa entre outras. Das RDS Mamirauá e Amanã, as principais da região, estiveram presentes lideranças das associações de moradores das reservas, assim como duas lideranças do movimento de mulheres da RDS de Mamirauá. Houve um número considerável de participantes que são funcionárias(os) da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – mais de 10 – e que trabalham em atividades de fiscalização, educação ambiental, gestão, entre outras. Havia quatro representantes do Instituto Mamirauá e a gestora do acordo de pesca existente na região; também estiveram presentes representantes do Departamento de Unidades de Conservação da SEMA que atuam em Tefé e a Secretaria de Produção Rural do Amazonas (SEPROR). Em Tefé também se destacou a presença de representantes indígenas e da FUNAI. Entre os povos presentes estavam os Kokama, Tikuna e Miranha, estes últimos vindos do município de Alvarães. Assim como lideranças (tuxauas) das aldeias Canataietu e Barreira da Missão de Cima. Também estiveram presentes duas representantes da FUNAI, que representaram a Coordenação Região do Alto Solimões, da qual a Coordenação de Tefé faz parte. O município de Tefé tem uma população estimada de aproximadamente

60 mil pessoas, a 6ª maior do estado, de acordo com dados do IBGE. Apesar da concentração populacional, ocupa apenas o 14º lugar no ranking dos municípios por PIB per capita (R\$ 12.008,83). Em 2017, o salário médio mensal era de 1,9 salários mínimos e a proporção de pessoas ocupadas era de 11,3%. Apesar do baixo PIB, a proporção de pessoas em domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por era de 42,9% da população nessas condições, o que o colocava na posição 60 de 62 dentre as cidades do estado (IBGE). A cidade concentra importantes serviços públicos que são procurados pela população rural e por moradores(es) de municípios vizinhos. O comércio é o carro-chefe da economia urbana, com grande presença de lojas varejistas e atacadistas, agências bancárias, hotéis e supermercados. No setor primário, destacam-se a agricultura, pecuária a pesca e o extrativismo vegetal. As principais atividades no setor primário, no entanto, estariam ligadas à pesca e agricultura. Sobre a última, parcela importante dela é voltada para a produção de farinha. O Médio Solimões é conhecido pela produção de farinha, a maior do estado. Foi criada inclusive uma denominação de origem para a farinha de Uarini, dada a um tipo de farinha de mandioca característica da região. O agroextrativismo no entorno está muito presente na Floresta Nacional (FLONA) de Tefé, principalmente a produção de castanha. Assim como a produção de farinha, que se tornou uma marca não apenas econômica, mas cultural da cidade, a pesca também é uma atividade produtiva que também é uma das principais fontes de renda da população e é marca da identidade coletiva da região de Tefé. Se destaca o desenvolvimento do manejo do pirarucu e outras espécies aquáticas. A produção é vendida para as mais diversas partes do país e da Colômbia. A atividade do setor primário é tão preponderante, que entre as poucas indústrias existentes na cidade, a maioria delas ligada ao beneficiamento dos produtos desse setor. Foram mencionadas fábricas de beneficiamento de pescado, produção de farinha e de embalagens para esses produtos e para a castanha. A Secretaria Municipal de Produção tem estabelecido parcerias com a Embrapa e o Sebrae para aprimorar as atividades da pesca, agricultura e agroextrativismo, com o objetivo de otimizar a produção e aumentar os ganhos das trabalhadoras e trabalhadores.

Resultado dos grupos de discussão separados por Princípios de Salvaguardas
Oficina de Tefé



Princípio 3

Melhoria dos meios de vida em longo prazo e o bem-estar dos povos e comunidades tradicionais e agricultoras e agricultores tradicionais e familiares e comunidades locais com atenção especial para mulheres e as pessoas mais marginalizadas e/ou vulneráveis

Desafios e fragilidades

Jovens e Mulheres

- Retorno dos jovens qualificados para suas aldeias e comunidades;
- Preconceito;
- Ensino tradicional se adaptar à realidade rural;
- Formação cultural machista;
- Valorizar e fortalecer as culturas de comunidades tradicionais e indígenas;
- Disciplina de meio ambiente;
- Ensino das tradições e cultura regional e local;
- Dinâmicas das transformações culturais;
- Bebida alcoólica nas aldeias e nas comunidades tradicionais;
- Violência doméstica;
- Reconhecer o trabalho das mulheres nas atividades produtivas;
- Apoio aos jovens saem de suas comunidades para estudar;
- Falta de professores qualificados;
- Gravidez na adolescência;
- Drogas nas comunidades.

Oportunidades/Recomendações para o Programa Clima e Carbono

Jovens e Mulheres

- Formação/ensino de qualidade;
- Envolver os jovens nas atividades da comunidade e das organizações;
- Formação técnica nas áreas rurais (ensino médio para comunidades e aldeias);
- Formação para o empoderamento da mulher e ao empreendedorismo;
- As mulheres se tornarem lideranças, terem os mesmos direitos que os homens;
- Polos educacionais e efetivar as políticas educacionais já existentes para indígenas e comunidades tradicionais e ribeirinhas;
- Proporcionar mais informações sobre a violência contra a mulher;
- Ter uma lei mais rígida;
- Formação para educação no campo (como desafio e oportunidade);
- Mais oportunidades de primeiro emprego para jovens;
- Um diálogo maior entre pais, mães, filhas e filhos;
- Ter mais projetos que envolvam jovens de educação, esporte e lazer.

Princípio 4

Contribuir para boa governança, para os objetivos mais amplos de desenvolvimento sustentável e para justiça social

Desafios e fragilidades

* o debate dos grupos não apontou informações sobre este princípio durante a oficina no município de Manaus.

Oportunidades/Recomendações para o Programa Clima e Carbono

* o debate dos grupos não apontou informações sobre este princípio durante a oficina no município de Manaus.

Princípio 5

Manutenção e melhoria da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos

Desafios e fragilidades

- Aspectos Naturais;
- Mercado (Acesso);
- Desvalorização dos produtos da agricultura e do extrativismo;
- Atualização de novas técnicas de produção;
- Atualizar o ordenamento pesqueiro;
- Respeitar o ordenamento ambiental e territorial existente;
- Fortalecimento e maior presença dos órgãos de controle;
- Fazer cumprir a legislação;
- Maior incentivo e valorização da produção do pescado;
- Promover maior controle das embarcações;
- Regularizar os vendedores do pescado com toda inspeção sanitária e normas competentes;
- Valorização dos pescadores e do pescado proveniente da área de manejo (incentivo fiscal e econômico);
- Fazer um diagnóstico econômico para precificar o pescado existente e não existente e qual o prejuízo ecológico.

Oportunidades/Recomendações para o Programa Clima e Carbono

- Educação/capacitação;
- Estrutura e fortalecimento das cadeias produtivas e produtores;
- Acesso às políticas públicas;
- ATER;
- Regulamentar a pesca e maior acesso ao mercado;
- Incentivar a aquicultura;
- Apoiar a pesca artesanal;
- Maior incentivo à cadeia do pescado;
- Valorar recursos da área de manejo e incentivar a alimentação saudável;
- Maior presença do estado e órgãos de controle e fiscalização.

Princípio 6

Participação plena e eficaz de todas e todos as/os titulares de direitos, atoras e atores relevantes no programa Clima e Carbono.

Desafios e fragilidades

- Aproximar o estado dos municípios;
- Fortalecer os grupos locais existentes;
- Trabalho mais próximo da SEMA e da SEMMA (municipal);
- As entidades governamentais estão distantes;
- Desafios de autorização de atividades em áreas em processo de reconhecimento sem consulta;
- Desafio da política para aproximar estado e municípios – autonomia;
- Importante que haja uma visão positiva da lei.

Oportunidades/Recomendações para o Programa Clima e Carbono

- Promover eventos regionais considerando o modo de vida da região do médio Solimões;
- Reuniões da regional Solimões;
- Comunidades setoriais, assembleia (conselhos deliberativos, conselhos municipais, conselhos distritais indígenas) – e a estrutura de participação que já existem. Nem todas as associações representam todas as comunidades;
- Comunicação precisa ser com antecedência;
- Organizações indígenas;
- Viabilizar participação – logística;
- Pensar parcerias para divulgação (na região tem o Instituto Mamirauá);
- Metodologia com base nos exemplos para facilitar o entendimento;
- Capacitação para lideranças/aproximação entre as organizações;
- Informar às populações sobre como vai ser implementada a lei.

Princípio 7

Cumprimento das leis locais e nacionais, assim como tratados, convenções e outros instrumentos internacionais relevantes.

Desafios e fragilidades

- Saída dos órgãos federais está tornando tudo mais demorado;
- Seria importante a presença do IPAAM;
- Falta de recursos humanos para cuidar e monitorar áreas de UC.

Oportunidades/Recomendações para o Programa Clima e Carbono

- O debate dos grupos não apontou informações sobre este princípio durante a oficina no município de Tefé.



Participação de mulheres e o debate sobre jovens e mulheres na oficina de Tefé

O grupo que debateu os desafios enfrentado por jovens e mulheres na região de Tefé destacou, especialmente o tema da educação, desde o desafio do ensino tradicional adaptar-se à realidade rural até desafio do retorno de jovens qualificados para as aldeias e comunidades. Houve grande destaque da necessidade de valorizar e fortalecer culturas de comunidades tradicionais e indígenas, de modo especial através da educação e do ensino das tradições e valorização da cultura regional e local. Neste sentido, a necessidade é por formação e ensino de qualidade, apoio aos jovens que saem das suas comunidades para estudar, presença de professores qualificados, formação técnica nas áreas rurais (ensino médio para comunidades e aldeias), desenvolvimento de polos educacionais e efetivação de políticas educacionais já existentes para indígenas e comunidades tradicionais e ribeirinhas. Quanto aos desafios enfrentados por mulheres na região foi destacada a invisibilidade do trabalho das mulheres nas atividades produtivas, a questão do preconceito, a formação cultural machista da região, a violência doméstica, gravidez na adolescência. Como oportunidade percebe-se a necessidade do apoio ao desenvolvimento de lideranças femininas, à formação para o empoderamento de mulheres tanto para as atividades políticas e de representação como para o empreendedorismo. Da mesma forma destaca-se a necessidade de que sejam proporcionadas mais informações sobre a violência contra a mulher, sobre educação sexual e a promoção de diálogo entre pais, mães, filhas e filhos. Assim como em outras regiões, as repercussões do uso de drogas e bebidas alcoólicas nas aldeias e comunidades locais e tradicionais aparecem como desafios envolvendo a realidade de jovens e mulheres.

Figura 8.
Registro da Oficina de Salvaguardas em São
Gabriel da Cachoeira na sede da FOIRN.
Foto: Dirce Quintino (2019).



Oficina no Município de São Gabriel da Cachoeira

Em São Gabriel da Cachoeira, a dinâmica das oficinas foi diferente da realizada em outras cidades. Foi realizada uma reunião de alinhamento com Maria Cordeiro Baré, responsável pela agenda indígena na FAS e originária da região. Organizada por Maria foi agendada uma reunião de alinhamento com lideranças indígenas do entorno do município na sede da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN). Essa reunião de alinhamento com lideranças, no entanto, foi bastante produtiva, se tornando ao final, uma oficina por si só. A oficina propriamente dita, aconteceu no dia 03 de dezembro, na maloca “Casa do Saber” na sede da FOIRN (Figura 8). Participaram desta reunião 54 pessoas, sendo 17 mulheres e 37 homens.

No estado do Amazonas existem várias regiões com grande concentração de indígenas, no entanto, a região do Alto Rio Negro se destaca pela grande proporção de indígenas por município. Os municípios de São Gabriel da Cachoeira (76,6%) e Santa Isabel do Rio Negro (59,2%) têm, respectivamente, a terceira e sexta maiores proporções de indígenas na população municipal. No caso de São Gabriel da Cachoeira, 95,5% da população rural do município é indígena. No Amazonas, além do Alto Rio Negro, a calha do Rio Solimões, como vimos no caso de Tefé, particularmente o Alto Solimões é a outra região que se destaca em termos de concentração indígena. Em Tabatinga, 88,2% da população rural era indígena em 2010.

São Gabriel, particularmente, conta com uma grande presença indígena, seja

na população geral, como em posições de liderança no estado, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil. A presença indígena é tão forte, que a cidade é a única a ter mais de um idioma oficial, incorporando outras três línguas indígenas, além do português em documentos e outras formas de comunicação. São Gabriel é a terceira maior municipalidade brasileira no que diz respeito à sua área, no entanto, segundo estimativas do IBGE para 2019, tem cerca de 45 mil moradoras(es), o que faz com que a cidade tenha uma baixíssima densidade populacional. Se localiza numa região de tríple fronteira (Brasil, Colômbia e Venezuela) e quase a totalidade desse território é composto pelo Parque do Pico da Neblina e por terras indígenas (TIs) demarcadas, o que colabora para um alto índice de conservação florestal na região. É também uma cidade com um dos menores PIBs do estado, estando em 51º lugar entre os 62 municípios amazonenses. Quase 54% da população está abaixo da linha da pobreza nos parâmetros comumente usados pelas políticas públicas no Brasil (até meio salário mínimo). Identifica-se uma alta mortalidade infantil, sendo a terceira maior taxa do estado e ocupando a 298ª posição entre 5.570 municípios brasileiros. O estabelecimento de povoados na região onde hoje se encontra São Gabriel da Cachoeira surgiu da atuação da Igreja Católica no século XVII, através primeiramente dos jesuítas e posteriormente outras ordens católicas, como os missionários carmelitas. No século XVIII foi a vez do exército atuar no local, com a criação de destacamentos militares e fortes. Ao longo de séculos, Igreja Católica e Exército se tornaram pilares na constituição da cidade e na construção da identidade coletiva da mesma. Ambas as instituições ainda têm presença forte na cidade e se não fosse por elas é provável que toda a população da cidade fosse indígena. Estiveram presentes nas falas das lideranças indígenas, das(os) agentes públicas(os) presentes nas oficinas e de outras moradoras(es) da região, mostrando o impacto que ainda tem nas dinâmicas sociais locais.

Os conflitos territoriais permeiam toda a calha do Rio Negro. Além dos conflitos em terras indígenas, há também as tensões sobre o uso da terra em áreas de conservação. As hostilidades surgem não apenas na interação com a população ribeirinha e agricultoras(es) familiares, mas também com organizações não governamentais e o próprio estado, segundo Baré. A liderança indígena ainda aponta para a importância de se estabelecer uma reflexão sobre como se dá a relação das(os) indígenas com outras(os) moradoras(es) das UCs, interpretando essa como uma questão crítica para os povos indígenas no estado. Outro problema apontado é o difícil processo de integração entre indígenas e moradoras(es) das áreas urbanas da cidade. Em São Gabriel foi relatada a dificuldade em promover o diálogo entre indígenas e não indígenas, mesmo sendo eles mais de 2 terços da população. Há grandes desafios em garantir os direitos e promover a qualidade de vida das(os) indígenas na área urbana, mas há grande dificuldade de envolver a população no debate.

Outro tema que gera atritos é a atividade mineradora no município. Levantamentos realizados por institutos especializados identificam grandes quantidades de minério, tais como nióbio, ouro e terras raras no território de São Gabriel, o que faz com que o assédio de mineradores seja regular. Apesar disso, os altos investimentos em infraestrutura necessários para a exploração mineral nessa região, a tornam menos viável e afastam interesses de grandes mineradoras.

O fato de ser uma região de tríple fronteira faz com que a cidade enfrente inúmeros desafios como os observados em Tabatinga, tais como a violência e o tráfico de drogas. Nesse caso, no entanto, a proximidade com a Venezuela traz consigo o fenômeno da migração em massa de cidadãos daquele país para estados do norte brasileiro que fazem fronteira com ele. O fluxo migratório para o estado de Roraima e Amazonas são os que mais tem se destacado. A cidade de São Gabriel já conta com “bairros”

de venezuelanos e a presença deles gera outros tipos de tensões numa cidade já permeada por disputas. O tráfico de drogas tem se intensificado após o acordo de paz entre as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) e o estado colombiano, levando traficantes que não desejavam encerrar suas atividades, a migrarem para estados do norte brasileiro. Segundo Maria Baré, o foco de entrada de colombianos ligados ao tráfico é o Vale do Javari e tendiam a se concentrar em áreas de fronteira. Recentemente há relatos de que esses traficantes têm atuado em outras regiões, contando hoje, muitas vezes, com o apoio de ribeirinhos e indígenas, recrutados por esses criminosos. Outra mudança recente é que antes um território para o transporte de drogas, o Amazonas se tornou um produtor.

No que diz respeito ao ativismo e participação política indígena, se destaca a atuação da FOIRN na região do Rio Negro. A Federação foi criada em 1987 e tinha como um dos seus principais objetivos conquistar a demarcação de terras no Alto Rio Negro. A experiência da FOIRN na articulação e mobilização dos grupos indígenas da região fomentou uma cultura de participação e disseminação do conhecimento sobre as políticas públicas e direitos indígenas. Foram notáveis ao longo das oficinas o conhecimento e articulação das lideranças presentes. Apesar de terem seus próprios conflitos internos entre os mais diversos povos que a formam, a FOIRN se tornou uma organização bastante influente na cidade, tendo elegido algumas de suas lideranças para cargos no executivo municipal, sendo fundamental para decisões importantes, como a da adoção de línguas oficiais indígenas pela Prefeitura Municipal.

Um dos principais investimentos realizados pela FOIRN nos últimos anos tem sido a criação e implementação do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) de 7 terras indígenas na bacia do Rio Negro, abarcando 23 povos indígenas. Atualmente têm sido discutido quais serão as prioridades na implementação do Plano. Os PGTA são formas encontradas pelas(os) indígenas para gerir de forma

compartilhada o território e das terras protegidas, visando o compartilhamento de recursos e das tomadas de decisão. Para a FOIRN é fundamental que estejam envolvidos na gestão das terras, que não podem estar apenas sob responsabilidade do Estado. Maria Baré ainda afirma que para além da defesa dos direitos de autodeterminação, os PGTA surgem para suprir a ausência dos órgãos estatais na gestão desses territórios. Em relação à gestão dos territórios, foram mencionadas também as dificuldades de promover a interação entre as legislações estaduais e as terras de jurisdição federais, como as TIs e algumas UCs.

Durante a reunião de alinhamento junto à FOIRN foi realizada uma consulta aos presentes sobre quais as melhores metodologias para se utilizar na oficina a ser realizada no dia seguinte. Foram feitas sugestões sobre quais temas seriam abordados nos grupos de trabalho, sendo que o tema do grupo a abordar mulheres e jovens foi definida a partir da conversa com coordenadora do Departamento de mulheres da FOIRN. Os temas e títulos sugeridos para os grupos foram: [1] Geração de renda e o bem viver das mulheres e jovens no Alto Rio Negro; [2] Gestão Ambiental e Territorial - PGTA; [3] Desafios Sociais e Ambientais da cidade de São Gabriel da Cachoeira; [4] Agricultura e apoio à produção sustentável no Alto Rio Negro. Afirmou-se que seria importante inserir o debate sobre o PGTA para que a população urbana tenha a oportunidade de debatê-la na oficina, já que o Plano abordou temas urbanos mas não contou com a participação das moradoras(es) da área urbana da cidade, público que a FOIRN encontra dificuldade para mobilizar. Sugeriu-se que se evitasse o uso de apresentações em powerpoint e que se evitasse o uso de materiais escritos, focando nas apresentações orais, vídeos e o uso de cartolinas e desenhos para facilitar a transmissão de conhecimento. Para que as lideranças na reunião pudessem contribuir com o formato da oficina, foi realizada a apresentação do mapa tal como foi conduzida nas últimas oficinas.

Resultado dos grupos de discussão separados por Princípios de Salvaguardas
Oficina de São Gabriel da Cachoeira

Princípio 1

Reconhecimento e respeito aos direitos a terras, territórios e recursos

Desafios e fragilidades

- Falta de recursos;
- Falta de assessoria técnica;
- Acompanhamento técnico;
- Ausência do governo;
- Segurança dos territórios;
- Implementar o plano diretor;
- Falta compreensão para trabalhar junto em São Gabriel da Cachoeira entre as organizações;
- Necessidade de financiamento;
- Presença Técnica;
- Governo é um desafio e uma ameaça (Decreto que possa acabar com a Constituição Federal);
- Precisam ser reconhecidos os PGTA que foram terminados recentemente.

Pressão sobre os territórios indígenas:

- Mineração;
- Desconstrução das políticas indigenistas;
- Imigração de povos indígenas da Venezuela nos territórios/apolo aos refugiados;
- Pesca predatória: necessidade de um acordo de convivência;
- Narcotráfico (região de fronteira);
- Segurança;
- Falta de controle na área de fronteira;
- Saúde Funai/Polícia Federal.

Oportunidades/Recomendações para o Programa Clima e Carbono

- Ajudar a apoiar os PGTA;
- Presença das instituições nas regiões com equipe qualificada para apoiar (governo);
- Utilizar os PGTA para políticas públicas;
- Qualificação de profissionais locais para apolo técnico/grades curriculares locais;
- Necessidade de saber/desenvolver capacidade gestão de projetos;
- Alternativa de geração de renda importante;
- Apoio ao desenvolvimento de Plano de gestão territorial.

Princípio 2

Compartilhamento justo e equitativo de benefícios entre todas e todos os titulares de direitos e atores e atoras relevantes

Desafios e fragilidades

- Não tem recurso municipal, estadual para implementar o PGTA;
- Regras que dificultam acesso de fundo municipal, fundo estadual (regras não estão claras e dificultam);
- Como captar recursos.

Oportunidades/Recomendações para o Programa Clima e Carbono

- Criar fundo para acessar recurso.

Princípio 3

Melhoria dos meios de vida em longo prazo e o bem-estar dos povos e comunidades tradicionais e agricultoras e agricultores tradicionais e familiares e comunidades locais com atenção especial para mulheres e as pessoas mais marginalizadas e/ou vulneráveis

Desafios e fragilidades

Comunidades indígenas

- Lixo nas comunidades;
- Infraestrutura para construção das escolas;
- Saúde: uso de comunidades tradicionais;
- Alternativa de energia sustentável;
- Água potável;
- Saneamento;
- Rede de comunicação na região;
- Segurança alimentar – acesso à produtos.

Área urbana de SGC

- Rede de esgoto que vai pro rio;
- Destino do lixo – lixo a céu aberto;
- Energia – nem todos os bairros tem energia;
- Pratas com lixo – não tem lixeira – muitos plásticos;
- UBS não atende os indígenas;
- Índios urbanos – dificuldade de acessar políticas públicas (saúde, educação, aposentadoria);
- São Gabriel recebe parentes de várias regiões;
- Drogas e alcoolismo;
- Atendimento de saúde pública (UBS e hospital);
- Lixo urbano e poluição Igarapés;
- Comercialização nas feiras urbanas;
- Segurança pública;
- Tratamento de saúde;
- Ações de prevenção educação/saúde.

Oportunidades/Recomendações para o Programa Clima e Carbono

- A lei precisa pensar em projetos/ programas estruturantes para questões/necessidades de povos indígenas.

Área urbana

- Devolver lixo – Política Estadual de Resíduos Sólidos (como aplicar?);
- Importância da definição de papéis e responsabilidades para cobrar;
- Mercados públicos;
- Feiras (câmaras frias);
- Ordenamento (gestão) direta com o produtor;
- Restabelecer espaço das comunidades;
- Coleta seletiva (Pneus, Pilhas);
- Plano diretor SGC;
- Intercâmbio Manaus/Amazonas;
- Providências para governo municipal, estadual e federal.

Mulheres e jovens indígenas

- Valorização das mulheres – incentivar e caminhar junto;
- PGTA com inclusão de gênero;
- Precisa de informação sobre a lei Maria da Penha;
- Acompanhamento do Ministério Público – Ninguém sabe a quem reivindicar direitos indígenas;
- Fortalecer a política de gênero;
- Precisa universidade na região;
- Valorização da identidade indígena;
- Inclusão nas pautas sociais.

Princípio 3

Melhoria dos meios de vida em longo prazo e o bem-estar dos povos e comunidades tradicionais e agricultoras e agricultores tradicionais e familiares e comunidades locais com atenção especial para mulheres e as pessoas mais marginalizadas e/ou vulneráveis

Desafios e fragilidades

Continuação.

Mulheres e Jovens Indígenas

- Participação política;
- Poucas mulheres, poucas vagas nas lideranças;
- Lei Maria da Penha não é adequada. Não tem delegacia;
- Atendimento de saúde das mulheres (pré-natal e preventivo);
- Dificuldade de trabalhar com mulheres de recente contato (idioma, contato);
- Violência, droga, álcool, suicídio;
- Crianças de 10 a 14 anos sofrendo violência sexual;
- Não tem secretaria municipal de mulheres (somente coordenação);
- Mercado de trabalho é desafio para jovens indígenas;
- Formação técnica não é de acordo com a realidade da região (talvez turismo, pesca, gastronomia);
- Riscos sociais e perspectivas de futuro para os jovens.

Jovens e mulheres São Gabriel da Cachoeira

- Recursos financeiros;
- Dificuldade de mobilizar jovens e mulheres para os projetos;
- Dificuldade de realizar parcerias devido à falta de recursos para parceiros (municipais, estaduais, federais e não governamentais);
- Participação da população em discussões sobre o orçamento público;
- Venda/comercialização de produtos;
- Falta de oportunidades de primeiro emprego;
- Qualidade de ensino baixa.

Oportunidades/Recomendações para o Programa Clima e Carbono

Continuação.

Jovens e mulheres São Gabriel da Cachoeira

- Observar a particularidade das TI's na recepção de recursos;
- Realizar oficinas para planejamentos e termos de parcerias – pensar planos de trabalho conjuntos;
- Convidar as lideranças indígenas para discutir as leis orçamentárias (garantir recursos para que as lideranças venham)/incentivar participação;
- Garantir a participação paritária;
- Apoiar a escutar as mulheres e jovens indígenas em rodas de conversas;
- Estruturar hospital em SGC;
- Cursos de capacitação sobre políticas públicas;
- Mais cursos de comercialização dos produtos do Rio Negro;
- Uma bolsa para garantir que as pessoas com conhecimento notório possam dar aula e repassar conhecimentos tradicionais;
- Transformar os projetos/programas em políticas contínuas;
- Ter empresa júnior para apoiar alunos que saem do IFAM. Ter uma bolsa para garantir a participação dos jovens;
- Ter mais investimento em planos de negócios e negócios que deem maior retorno para as famílias;
- A estruturação de instrumentos para garantir atividades de renda;
- Mais capacitações para jovens;
- Mais vagas para jovens indígenas, melhorar a divulgação para as comunidades;
- Ter mais cursos voltados para a comunidade. Ex. Técnico em eletrônica/logística/piscicultura/técnico agrícola;
- Oferta de cursos nas aldeias /ter núcleos de educação indígena;
- Geração de empregos para jovens e mulheres;
- Garantir recursos para que haja oficinas e projetos de pesquisa interculturais sobre narrativas indígenas femininas a respeito do começo das transformações do mundo e as suas ligações com a saúde das mulheres, assim como o conhecimento a respeito de plantas medicinais;
- Contratação e formação dos jovens e mulheres para na saúde e educação e políticas sociais aliando os tradicionais e os ocidentais.

Princípio 4

Contribuir para boa governança, para os objetivos mais amplos de desenvolvimento sustentável e para justiça social.

Desafios e fragilidades

* o debate dos grupos não apontou informações sobre este princípio durante a oficina no município de Manaus.

Oportunidades/Recomendações para o Programa Clima e Carbono

* o debate dos grupos não apontou informações sobre este princípio durante a oficina no município de Manaus.

Princípio 5

Manutenção e melhoria da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos

Desafios e fragilidades

- Falta peixe em determinadas épocas do ano;
- Soluções para a pesca;
- Mudança no ciclo de produção das frutas, dificultando o extrativismo (entorno de SGC) – bacaba, açaí, cupuaçu;
- Efeitos da mudança climática;
- Pesca predatória (mergulho) de quem vem da cidade de fora e da cidade também;
- Invasores/dificuldade de demarcação entre os povos indígenas;
- Organizar as cadeias produtivas, peixe, farinha e derivados, frutas;
- Falta caça (animais estão sumindo);
- Uso do arrastão, timbó e cunambi de forma que não deveria ser feito (fora da época da Piracema);
- Não acontece mais a piracema (mudança climática);
- Falta de áreas urbanas para instalação de pequenas unidades industriais (polpa de frutas);
- Falta de estrutura para armazenamento da produção (frigorífico);
- Falta de recurso para organizar cadeias produtivas;
- Segurança alimentar (muito do que se consome vem de fora);
- Energia elétrica e internet;
- Acessar o PNAE (dificuldade para conseguir o DAP);
- Acessar o PAA (nível nacional);
- Crescimento da população, as comunidades agora têm muitas famílias;
- Acessar programas sociais no geral;
- Logística para a produção e escoamento;
- Dificuldade em acessar e ter a comunicação sobre oportunidades de editais;
- Centralização das informações (não chega nas comunidades);
- Logística para a venda e a organização da venda de artesanato.

Oportunidades/Recomendações para o Programa Clima e Carbono

- Rocado para produção da farinha e derivados da mandioca (beliju, tucupí – é diferente para cada território);
- Estudos de mapeamento e definição de territórios pelo ISA, por exemplo;
- Saberes da agricultura tradicional para manejo do roçado (evita desmatamento);
- Transferência de tecnologia e assistência técnica para produção rural;
- Em alguns territórios não há limitação de área para cultivo (babaicana);
- Estratégias de combate para a pesca predatória;
- A tradição da região não usa agrotóxico;
- Sistemas diversificados como os quintais (banana, abacaxi, cubiu, mandioca, açaí);
- Construção de unidades de processamento de polpa de frutas;
- Mapeamento de potenciais produtivos por calha (ex. maniva e milho – calha do popurí e Rio Jaú);
- Já existe a regra de comunicação entre os parentes de diferentes territórios para o uso em áreas de outros povos (acordo interno entre as comunidades para não permitir mergulho para a pesca). Mas não é respeitado;
- Sensibilização para a questão da falta de peixes;
- Capacitação para a produção;
- Valorização e organização da cadeia de produção de fibras (ex. cipó, plaçava) a borracha (seringa);
- Melhorar a comunicação com as associações (que já existem);
- Artesanato indígena como complemento de renda;
- Reativar o programa de projetos pilotos da piscicultura.

Princípio 6

Participação plena e eficaz de todas e todos as/os titulares de direitos, atores e atores relevantes no programa Clima e Carbono.

Desafios e fragilidades

- Falta de estrutura e acesso à informação;
- Plano de ação participativo a partir das demandas indígenas/ação conjunta para viabilizar;
- Contexto político e desafio de comunicação;
- Baixa participação;
- Recurso para participação;
- Comunicação para as comunidades.

Oportunidades/Recomendações para o Programa Clima e Carbono

- União das instituições;
- Plano de ação participação com parceiros para implementar demandas indígenas da cidade envolvendo organizações.

Princípio 7

Cumprimento das leis locais e nacionais, assim como tratados, convenções e outros instrumentos internacionais relevantes.

Desafios e fragilidades

- Governo é um desafio e uma ameaça (Decreto que possa acabar com a Constituição Federal);
- Precisam ser reconhecidos os PGTA que foram terminados recentemente;
- Mineração;
- Desconstrução das políticas indigenistas;
- Narcotráfico (região de fronteira);
- Segurança;
- Falta de controle na área de fronteira;
- Saída Funai/Polícia Federal.

Oportunidades/Recomendações para o Programa Clima e Carbono

- * o debate dos grupos não apontou informações sobre este princípio durante a oficina no município de São Gabriel da Cachoeira.



No PGTA elaborado pela FOIRN há sessões específicas que abordam as questões de gênero e juventude. Também há grupos de atuação sobre essas questões dentro da Federação. Apesar disso, Maria Baré conta que boa parte da mobilização em torno desses temas no âmbito dos movimentos e organizações indígenas estão relacionadas a exigências do Estado e organizações internacionais. Para garantir a manutenção do diálogo e de linhas de financiamento, as lideranças fomentam a organização de grupos e adequam suas ações para que sejam identificadas como sensíveis a gênero e juventude, como a adoção de cotas para os cargos de direção na FOIRN. Nesse sentido, Baré afirma que o tema de gênero não tem protagonismo no movimento e que só surge na medida em que as organizações indígenas são instadas a endereçar esses temas. No que diz respeito à juventude, a percepção dos indígenas sobre a juventude seria diferente das dos não indígenas. Para os indígenas, quando um jovem tem 15 anos e tem filhos, já é considerado um adulto. Nesse sentido, a própria categoria juventude, é algo exportado de fora do mundo indígena, tendo pouca ressonância nele.

A questão de gênero, ainda de acordo com Maria Baré, também é algo que se utiliza de categorias criadas num contexto diferente do indígena e por isso não se adequa a essa realidade. Para ela é o estado e a sociedade ocidental que colaboram para estabelecer papéis de gênero, valorizando diferentemente homens e mulheres, algo que não se observa na mesma intensidade entre as culturas indígenas. Apesar disso, conta que é comum que nas comunidades ainda existam dinâmicas nas quais os maridos devem dar a permissão para que as mulheres possam fazer ou não algo. Mesmo reticente em abordar questões de gênero entre indígenas, Maria foi enfática na defesa de que é preciso haver ações para o fim da violência contra as mulheres indígenas, algo ainda comum e que na região do Alto Rio Negro tem estado cada vez mais relacionado ao uso de drogas, incentivado pelo aumento do tráfico. Sobre gênero, reforça que há questões culturais que devem ser melhor compreendidas e em certa medida

relativizadas no que diz respeito às ao papel das mulheres nas comunidades. Ou seja, reforça a importância de, ao se realizar um debate sobre gênero, que sejam respeitadas as práticas culturais das comunidades indígenas.

Sobre as(os) jovens, algo apontado por várias pessoas na cidade e por Maria Baré, é o alto índice de suicídio entre eles. Segundo a liderança, o choque de civilizações entre a cultura branca e indígena podem ter efeitos adversos sobre esses jovens, que saem das suas tribos para estudar na área urbana ou porque decidem migrar do campo para a cidade. A falta de aceitação e respeito à cultura indígena é um tipo de violência de consequências graves para a saúde mental dessas(es) jovens. O alto índice de suicídio é percebido também na região de Tabatinga.

No dia 2 de dezembro de 2019 foi realizada uma reunião com lideranças indígenas da FOIRN. Foi uma reunião produtiva, que durou todo o dia e ofereceu subsídios tão importantes quanto a própria oficina, tanto que ao longo da realização da reunião a dinâmica utilizada no debate passou a emular o próprio formato das oficinas, abordando temas que normalmente eram abordados nos grupos de trabalho. A reunião, no entanto, revelou as dificuldades de se incluir as mulheres nos processos de tomada de decisão entre indígenas, pois haviam apenas duas mulheres presentes e só uma delas era considerada uma liderança, sendo a coordenadora dos assuntos referentes às mulheres. A outra participante era companheira de um líder e foi à reunião o acompanhando. Como não falava português, não conseguiu participar efetivamente da reunião. A cultura indígena ainda preserva papéis de gênero muito marcados, sendo que a participação nas decisões coletivas e a participação na vida pública ainda representa um tabu entre a maior parte dos povos indígenas.

A liderança feminina presente, Elizângela da Silva, da etnia Baré, coordena as ações voltadas para as mulheres indígenas no Departamento de Mulheres da FOIRN. É socióloga e faz pós-graduação em formação escolar indígena. Entre as ações realizada pelo Departamento está a geração de renda através das ativida-

des de artesanato e o acompanhamento de 33 organizações de mulheres indígenas no Alto Rio Negro. Tanto na reunião com as lideranças, quanto na oficina, foi perceptível a forma como os homens ainda têm dificuldade em aceitar a participação feminina. Apesar de participar ativamente da oficina, Elisângela frequentemente tinha que lidar com comentários ou comportamentos que reforçam o preconceito masculino com a participação feminina. Frequentemente quando se posicionava, lidava com piadas, conversas paralelas que atrapalhavam sua concentração ao falar ou mesmo impediam que terminasse a fala, ou não contava com a atenção de pessoas a quem se dirigia.

Sobre o tema das mulheres indígenas, Elisângela conta que o Departamento de mulheres atua em conjunto com o de jovens e é contrária a visão de Maria Baré de que o tema tenha se tornado um tema de trabalho da FOIRN mais por demanda do estado e organizações nacionais e internacionais do que das mulheres. Fala ainda das dificuldades de ocupar um cargo como o que exerce: “os homens ficam às vezes rindo de a gente ocupar esses espaços... É um desafio para as mulheres ocuparem esses espaços” e comenta que a própria cultura indígena é um impeditivo para a participação política de mulheres. Comenta que as tarefas do cuidado e afazeres domésticos também são um obstáculo à participação.

Defende que é necessário valorizar as mulheres e o papel que elas ocupam nas comunidades indígenas. Conta que no escopo de elaboração do PGTA, um líder responsável por realizar entrevistas consultivas com famílias indígenas, perguntava apenas ao marido do casal quais as atividades eram realizadas por ele na comunidade. Diz que ela e as outras indígenas gostariam de poder também contar as suas histórias e que elas fossem registradas. Fala que sempre que pode tenta instigar os homens a trazerem suas esposas às reuniões, mas isso quase nunca acontece.

Questiona: “O que é demarcação de terra para as mulheres indígenas? A palavra demarcação de terra saiu do governo, não é nossa. Nós só usamos a palavra pra ter um certificado do governo para dizer que aquela terra que já era nossa, seja de fato nossa. A terra é a nossa mãe, a terra é a nossa casa. Não podemos falar de nenhum outro tema de políticas públicas sem terra. E a gente pode ver que a terra é nosso corpo. O migrante chega e invade o território e ninguém gosta”.

Também menciona as inadequações da Lei Maria da Penha

quando aplicada ao contexto indígena: “[...] a lei maria da penha não serve para falar das mulheres indígenas – porque a lei maria da penha não é adequada. Porque se prende o homem, mas ele é que tem a subsistência da família e elas não querem que os homens sejam presos”. Ao mesmo tempo sugere que é importante haver mais oficinas sobre a lei e que não há delegacias para as mulheres. Também acha importante que os homens participem dos debates sobre o tema da violência de gênero. Fala que a violência contra as meninas e mulheres é uma realidade e que muitas mulheres às vezes se recusam a falar sobre o tema por sofrerem ameaças de maridos, parentes e outros comunitários.

Outro apontamento é sobre as situações de violação de direitos de crianças e adolescentes. Há relatos frequentes de violência, mas também de adoções ilegais. As adoções irregulares teriam se tornado algo tão recorrente que o Conselho Tutelar tem realizado atividades de conscientização para evitar que essas situações ocorram. Acredita ser importante haver um sistema no município que registre os casos de abandono e violência contra crianças.

Relata que as indígenas são frequentemente proibidas de realizar exames ginecológicos, como o preventivo, pelo fato de que quase a totalidade das(os) agentes de saúde atuando na região são homens, o que faz com que os pais e maridos não as deixem ter acesso a determinados serviços públicos de saúde. Conta também que há grandes dificuldades em promover ações de apoio a indígenas de recente contato. Diz haver altos índices de suicídio e violência e que seria importante contar com equipes específicas para discutir essas temáticas que falem a língua de cada povo. Por fim, menciona que não há uma Secretaria de Políticas para as Mulheres no município. Há apenas uma coordenadoria da mulher fica vinculada à Secretaria de Assistência Social, no entanto, esse organismo não tem recursos próprios para a realização das atividades.

Já em relação aos jovens, os temas que surgem se assemelham a de outros locais, tais como a ausência de trabalho, mesmo entre jovens que tenham concluído o ensino formal. A ausência de um leque maior de cursos universitário também se repete como questão. O resultado da pouca diversidade de formações faz com que haja uma concentração de pessoas formadas nas mesmas áreas, sem que haja mercado para tal.

CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Com a conclusão do processo de reuniões técnicas e oficinas regionais para a construção de salvaguardas, identificou-se a necessidade de melhorias e investimentos significativos em recursos humanos e em termos de gestão, coordenação e articulação política ([inclusive para alinhar sobreposições de ações de programas de âmbito estadual e federal]). Os referidos investimentos devem visar a articulação de soluções que consigam atuar nas principais fragilidades e desafios já vivenciados no contexto local, como por exemplo, vetores de desmatamento, conflitos fundiários, entre outros, que representam desafios concretos em termos de salvaguardas socioambientais em um estado da magnitude e complexidade do Amazonas.

Adicionalmente, será necessário que a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas (SEMA), em cooperação com o Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEMAAM), com o Conselho de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (CDSPCT) e com o Fórum Amazonense de Mudanças Climáticas, Biodiversidade e Serviços Ambientais (FAMC) realize diálogos e articulações com demais representantes da sociedade civil que ainda não se façam presentes nestes espaços formais. Tais articulações são fundamentais para que o desenho do Programa de Regulação do Clima e Carbono, sua governança, regras de funcionamento, transparência, monitoramento e controle tenham caráter transparente e inclusivo e que se mitigue desigualdades sociais.

Por último, vale ressaltar a necessidade do desenho de uma consulta mais abrangente para a definição de indicadores para as salvaguardas socioambientais, adequados ao contexto do estado do Amazonas, de forma a considerar demais peculiaridades do estado, bem como garantir para o respeito ao direito de consentimento livre, prévio e informado de povos indígenas e populações tradicionais que por venham a ser afetados por esta política.

GLOSSÁRIO

Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima ou Convenção do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês): Adotada em 1992, com o objetivo de alcançar a estabilização das concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera em um nível que impeça uma interferência antrópica perigosa no sistema climático, em um prazo suficiente que permita aos ecossistemas adaptarem-se naturalmente à mudança do clima, que assegure que a produção de alimentos não seja ameaçada e que permita ao desenvolvimento econômico prosseguir de maneira sustentável. Convenção no âmbito da qual REDD+ foi negociado e é implementado.

Estoques de carbono florestal: Quantidade de carbono estocada em uma floresta, isso inclui o conteúdo de carbono encontrado no solo, na liteira, na vegetação e na madeira morta.

Gases de Efeito Estufa (GEE): são gases que absorvem uma parte dos raios do sol e os redistribuem em forma de radiação na atmosfera, aquecendo o planeta em um fenômeno chamado efeito estufa. Os principais GEE que temos são: CO₂ (dióxido de carbono), CH₄ (gás metano), N₂O (óxido nitroso), O₃ (Ozônio), halocarbonos e vapor d' água.

REDD+: é um instrumento desenvolvido no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês) para recompensar financeiramente países em desenvolvimento por seus resultados relacionados à atividades de: (i) redução das emissões provenientes de desmatamento; (ii) redução das emissões provenientes de degradação florestal; (iii) conservação dos estoques de carbono florestal; (iv) manejo sustentável de florestas; e (v) aumento dos estoques de carbono florestal.

Salvaguardas socioambientais: As salvaguardas de REDD+ foram definidas, no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), como diretrizes gerais que devem ser observadas pelos países que desejam ser recompensados pelos resultados alcançados em REDD+.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS. Lei Nº 4.266, de 1º de dezembro de 2015. Institui a Política do Estado do Amazonas de Serviços Ambientais. Amazonas. Disponível em: <http://online.sefaz.am.gov.br/silt/Normas/Legisla%E7%E3o%20Estadual/Lei%20Estadual/Ano%202015/Arquivo/LE%204.266_15.htm>. Acesso: 01 de junho de 2020.

BRASIL. Decreto Nº 10.144, de 28 de novembro de 2019. Institui a CONAREDD+. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10144.htm#art12>. Acesso em 02 de junho de 2020.

BRAZIL, B., KARST, J., PIATTO, M. VOIVODIC, M. REDD+ no Brasil: status das salvaguardas socioambientais em políticas públicas e projetos privados. Imaflora, Piracicaba/SP, 2015.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Salvaguardas de Cancun. REDD+ Brasil, 2012. Disponível em: <<http://redd.mma.gov.br/images/publicacoes/reddnotainformativa-02-salvaguardas.pdf>>. Acesso em: 01 de junho de 2020.

PALMARES. Palmares Fundação Cultural. Certificação Quilombola, 2020. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551>. Acesso em: 02 de junho de 2020.

REDD SOCIOAMBIENTAL. Princípios e critérios socioambientais de REDD+, 2010. Disponível em: <http://www.reddsocioambiental.org.br/PC%20Socioambientais%20de%20REDD+_versao%20FINAL_Julho%202010.pdf>. Acesso em: 02 de junho de 2020.

REDD STANDARDS. REDD+ Social & Environmental Standards Version 2, 2012. Disponível em: <https://www.redd-standards.org/images/site/Documents/REDDSESvtwo/REDDSES_Version_2_-_10_September_PORT.pdf>. Acesso em: 02 de junho de 2020.

SEMA. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Unidade de Conservação. Disponível em: <<http://meioambiente.am.gov.br/unidade-de-conservacao/>>. Acesso em: 01 de junho de 2020.



